



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ECONOMIA (PPGE)**

**IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO  
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

**DEBORA KASSEM BUTURI**

Foz do Iguaçu  
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ECONOMIA (PPGE)**

**IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO  
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

**DEBORA KASSEM BUTURI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Dr. Henrique Coelho Kawamura  
Coorientador: Dr. Marcos de Oliveira Garcias.

Foz do Iguaçu  
2023

DEBORA KASSEM BUTURI

**IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO  
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Henrique Coelho Kawamura  
UNILA

---

Coorientador: Marcos de Oliveira Garcias  
UFLA

---

Amilton Jose Moretto  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B989

Buturi, Debora Kassem.

Imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal do agronegócio brasileiro / Debora Kassem Buturi.  
- Foz do Iguaçu, 2023.  
59 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Economia. Foz do Iguaçu-PR, 2023.

Orientador: Henrique Coelho Kawamura.

Coorientador: Marcos de Oliveira Garcias.

1. Imigrantes. 2. Agronegócio. 3. Mercado de trabalho. 4. Rendimentos. I. Kawamura, Henrique Coelho. II. Garcias, Marcos de Oliveira. III. Título.

CDU 31.556:338.43(81)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias, por todo auxílio, paciência, encorajamento e amizade que construímos durante os anos de graduação e pós-graduação. Com certeza, é um dos maiores exemplos de pessoa e de profissional que levarei comigo.

Agradeço à minha família, de São Paulo e de Foz do Iguaçu, que me acolheu, me abrigou e me ajudou de todas as maneiras possíveis durante os anos que estive na universidade, em especial à minha tia Jamile e à minha avó Mafalda.

Agradeço aos meus pais que nunca mediram esforços pra me proporcionar a melhor educação e que me apoiaram em minhas decisões.

Aos meus colegas e amigos de curso, pela amizade, pela convivência e pela solidariedade, em especial ao Diego López.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNILA, por todo engajamento em repassar o conhecimento aos discentes, e ressalto, principalmente, toda a dedicação destes durante o período de pandemia da covid-19 em que tivemos aulas à distância. Esse foi um cenário novo e difícil tanto para os discentes quanto para os docentes e nada disso teria sido possível se não pudéssemos ter contado com o apoio e esforço dos professores para transformar esse período em uma caminhada mais leve. Muito obrigada!

Ao Dr. Henrique Coelho Kawamura e ao Dr. Amilton José Moretto, meus professores da graduação por quem tenho imenso carinho e que estiveram presentes na defesa da dissertação.

Por fim, agradeço à UNILA pela oportunidade de formação em uma Universidade pública e gratuita de excelência e pela concessão da bolsa auxílio durante o mestrado.

BUTURI, Debora Kassem. **Imigrantes internacionais no mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. 2023. 61 páginas. Dissertação de mestrado em Economia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

## RESUMO

A fim de verificar as diferenças salariais entre trabalhadores imigrantes internacionais e nativos, esta pesquisa mensura e analisa o mercado de trabalho formal do agronegócio brasileiro. Com base nos microdados da RAIS, verificou-se, no ano de 2019, que a população imigrante ocupada no agronegócio do país esteve composta de, aproximadamente, 37 mil indivíduos, dentre os quais 70,6% esteve alocado no segmento da indústria e 20,7% no segmento dos serviços. Destes trabalhadores, 30,1% não possui formação educacional e 21% possui ensino superior completo. Em relação as remunerações, os imigrantes recebem maiores salários que os brasileiros dependendo de algumas características, como, por exemplo, a escolaridade superior, a região de residência e o segmento no qual estão alocados. Além disso, os estrangeiros brancos, amarelos e originários de países da América do Norte e da Europa são os que auferem as maiores remunerações. A análise de regressão viabilizou reforçar esse contexto, evidenciando ainda que as categorias de trabalhadores homens, empregados na região Sudeste e indivíduos com ensino superior possuem maiores médias salariais. Por fim, através da decomposição de Oaxaca-Blinder, estimou-se que, apesar de algumas categorias de estrangeiros ganharem mais que os brasileiros, estes poderiam receber salários ainda maiores se o nível dos termos explicados dos imigrantes fossem ajustados aos mesmos níveis dos brasileiros. Na avaliação somente dos imigrantes, foram evidenciadas diferenças não explicadas mais elevadas entre homens e mulheres, enquanto para os grupos de indivíduos com e sem instrução, brancos e não brancos e não latinos e latinos, sempre positivas para as primeiras categorias, as diferenças salariais foram consideradas explicadas.

**Palavras-chave:** Imigrantes. Agronegócio. Mercado de trabalho. Rendimentos.

BUTURI, Debora Kassem. **International immigrants in the Brazilian agribusiness labor market**. 2023. 61 pages. Master dissertation in Economics – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2023.

### ABSTRACT

In order to verify the salary differences between international immigrants and native workers, this paper measures and analyzes the Brazilian agribusiness formal labor market. Using the RAIS microdata, it was verified that, in 2019, the foreign population employed in the country's agribusiness was composed of approximately 37,000 individuals, with 70.6% of them allocated in the industry segment and 20.7% in the services segment. Among these workers, 30.1% have no educational instruction level and 21% have completed higher education. In terms of wages, immigrants earn higher salaries than Brazilians depending on some characteristics, such as education, region of residence and the segment in which they are allocated. In addition, white and yellow foreigners from North American and European countries earn the highest wages. The regression analysis made it possible to reinforce this context, showing that the categories of male workers, employees in the Southeast region and individuals with higher education have higher salary averages. Finally, through the Oaxaca-Blinder decomposition, it was estimated that, despite some categories of foreigners earn more than Brazilians, they could receive even higher salaries if the immigrants' level of the explained terms were adjusted to the same levels as Brazilians'. When considering only immigrants, higher unexplained differences were evidenced between men and women, while for the groups of individuals with and without education, whites and non-whites and non-Latinos and Latinos, always positive for the first categories, the wage gaps were considered explained.

**Key words:** Immigrants. Agribusiness. Labor market. Income.

BUTURI, Debora Kassem. **Inmigrantes internacionales en el mercado laboral del agronegocio brasileño**. 2023. 61 páginas. Disertación de maestría en Economía – Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2023.

## RESUMEN

Con el fin de verificar las diferencias salariales entre trabajadores inmigrantes internacionales y nativos, esta investigación mide y analiza el mercado laboral formal de la agroindustria brasileña. Con base en microdatos del RAIS, en 2019 se encontró que la población inmigrante ocupada en la agroindustria del país estaba compuesta por aproximadamente 37 mil personas, de las cuales el 70,6% se ubicaba en el segmento industrial y el 20,7% en el segmento de servicios. De estos trabajadores, el 30,1% no tiene educación y el 21% tiene estudios superiores completos. En términos de salarios, los inmigrantes ganan más que los brasileños dependiendo de algunas características, como, por ejemplo, el nivel de escolaridad, la región de habitación y el segmento en lo cual están alocados. Además, los extranjeros blancos y amarillos y los originarios de los países de América del Norte y Europa ganan los salarios más altos. El análisis de regresión permitió reforzar este contexto, mostrando que las categorías de trabajadores del sexo masculino, empleados de la región Sudeste y personas con educación superior tienen promedios salariales más altos. Finalmente, a través de la descomposición Oaxaca-Blinder, se estimó que, a pesar de que algunas categorías de extranjeros ganan más que los brasileños, podrían recibir salarios aún mayores si el nivel de las condiciones explicadas de los inmigrantes se ajustara a los mismos niveles que los brasileños. En la evaluación de inmigrantes solamente, se evidenciaron mayores diferencias no explicadas entre hombres y mujeres, mientras que para los grupos de individuos con y sin educación, blancos y no blancos y no latinos y latinos, siempre positivas para las primeras categorías, las diferencias salariales se consideraron explicadas.

**Palabras clave:** Inmigrantes. Agronegocio. Mercado de trabajo. Renta.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Teorias da migração internacional .....	11
2.1.1 Principais conceitos teóricos.....	11
2.1.2 A migração na sociologia clássica.....	13
2.2 A imigração internacional no Brasil .....	15
2.2.1 Um breve contexto histórico.....	15
2.2.2 A imigração internacional no século XXI .....	19
2.2.3 A imigração internacional e o agronegócio no Brasil .....	22
<b>3 OBJETIVOS .....</b>	<b>25</b>
3.1 Objetivos gerais .....	25
3.2 Objetivos específicos.....	26
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
4.1 Base de dados .....	26
4.2 Classificação das atividades pertencentes ao agronegócio.....	29
4.3 Equação de rendimentos de Mincer.....	30
4.4 Decomposição de Oaxaca-Blinder .....	34
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>37</b>
5.1 Mensuração e perfil da população imigrante no mercado de trabalho formal do agronegócio: estatística descritiva .....	37
5.2 Análise dos rendimentos: equação minceriana e decomposição de Oaxaca-Blinder .....	44
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Imigrantes internacionais que chegaram ao Brasil por período e nacionalidade .....	17
<b>Tabela 2.</b> Imigrantes segundo continente de origem, Brasil, 2000 e 2010 .....	20
<b>Tabela 3.</b> Número de registros para migrantes de longo termo por ano de entrada, segundo principais países de nascimento, Brasil, 2011 até 2018.....	21
<b>Tabela 4.</b> Descrição das variáveis .....	27
<b>Tabela 5.</b> Atividades e segmentos do agronegócio e respectivas CNAEs .....	29
<b>Tabela 6.</b> Distribuição dos trabalhadores formais no agronegócio e em seus segmentos, por indivíduos imigrantes e brasileiros, Brasil, 2019 (em %).....	38
<b>Tabela 7.</b> Remuneração média dos imigrantes e brasileiros por segmento do agronegócio, região, nível de instrução, cor e continente de origem, Brasil, 2019 (em R\$) .....	40
<b>Tabela 8.</b> Remuneração média (em R\$), desvio em relação à média (em R\$) e participação (em %) dos imigrantes por atividades dentro de cada segmento do agronegócio, Brasil, 2019 .....	42
<b>Tabela 9.</b> Remuneração média dos imigrantes e brasileiros ocupados no agronegócio por faixas de idade, Brasil, 2019 (em R\$).....	44
<b>Tabela 10.</b> Logaritmo da renda <sup>β</sup> para os trabalhadores do agronegócio, Brasil, 2019.....	45
<b>Tabela 11.</b> Decomposição de Oaxaca-Blinder <sup>β</sup> para a diferença salarial entre brasileiros e imigrantes, Brasil, 2019 (em escala logarítmica) .....	49
<b>Tabela 12.</b> Decomposição de Oaxaca-Blinder <sup>β</sup> para a diferença salarial dos imigrantes por gênero, cor e origem, Brasil, 2019 (em escala logarítmica).....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Distribuição dos trabalhadores imigrantes por continente de origem, Brasil, 2019 .....	37
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição dos trabalhadores imigrantes no agronegócio e em seus segmentos por nível de instrução, Brasil, 2019 .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo da imigração internacional tem recebido cada vez mais atenção na literatura econômica a fim de compreender quais são as causas que motivam os indivíduos a deixarem seu país de origem e a buscar moradia e, principalmente, emprego em outra região. Borjas (1999) pontua que a mobilidade do fator trabalho pode ser vista como uma resposta das pessoas ao fator econômico, uma vez que é apontada como estímulo para a obtenção de melhores rendimentos.

O fenômeno da imigração internacional altera o contexto social e demográfico tanto do país de origem quanto do país de destino. A inserção destes imigrantes no mercado de trabalho implica em diversas mudanças na oferta de mão-de-obra, além de influenciar o crescimento econômico, a distribuição de renda e o padrão do comércio local (CHISWICK, 2003). Essas consequências recaem até mesmo sobre os países que não participam ativamente do processo de migração, através de transações comerciais, do contato entre comunidades vizinhas e da relação com diferentes culturas, impulsionadas principalmente pelos meios de comunicação (CUSTÓDIO, 2016).

Outro fator de grande importância e amplamente considerado nos estudos que envolvem a temática é a relação entre os trabalhadores nativos e os imigrantes. Na maioria dos casos, os imigrantes possuem qualificação e formação profissional superior, porém, no momento de ingresso no mercado de trabalho, passam a ocupar posições inferiores em relação ao seu grau de especialização (CAVALCANTI, 2015). Vilela (2011), em seu trabalho, chama a atenção para a abordagem que é pautada na ideia da existência de dois setores dentro do mercado de trabalho: o primeiro é aquele melhor estruturado, com empregos estáveis, com boas condições de trabalho e com trabalhadores qualificados e bem remunerados; o segundo, por sua vez, é caracterizado por empregos instáveis, condições precárias de trabalho, com trabalhadores menos qualificados e mal remunerados. A demanda para aqueles empregos que se enquadram no primeiro setor claramente é mais alta dentre os nativos de determinado país, fazendo com que as posições pertencentes ao segundo setor estejam disponíveis aos imigrantes.

Muitos imigrantes acabam aceitando tais posições precárias de trabalho e alguns fatores explicam o porquê: a) a maioria dessa população não possui alta qualificação; b) a maioria dos imigrantes é originária de países pobres; c) muitas vezes o capital humano obtido no país de origem é menos valorizado do que a educação e a experiência adquiridas na sociedade anfitriã; d) muitos imigrantes acreditam que ficarão pouco tempo no país de destino, por isso aceitam posições de trabalho no segundo setor e; e) a discriminação por parte dos

empregadores aos trabalhadores estrangeiros, dependendo da nacionalidade (VILELA, 2011).

Sabe-se que, no Brasil, o imigrante internacional teve uma enorme contribuição para a formação das fronteiras agrícolas e da expansão das atividades agrárias, podendo-se afirmar que o país se tornou dependente da migração para viabilizar suas atividades econômicas, desde seu descobrimento. Desde a crescente onda de imigrantes internacionais se dirigindo ao Brasil, ainda em meados do século XVIII, os estrangeiros que aqui chegavam eram, em sua maioria, destinados ao trabalho rural, visando o povoamento e a exploração da terra. Inicialmente, a economia extrativa do ouro constituiu a atividade que mais atraiu imigrantes, principalmente os portugueses, além da mão-de-obra escrava que era altamente demandada nessas atividades (MERA, 2016).

Já em meados do século XIX, observou-se um cenário excepcionalmente favorável à expansão da cultura do café no Brasil, devido a problemas na oferta de outros países, tornando essa atividade uma grande absorvedora de mão-de-obra estrangeira. Por um lado, os emigrantes que aqui chegavam eram expulsos de seus países de origem devido às crises políticas e excedentes populacionais, e, por outro lado, havia os fatores de atração, com as possibilidades de emprego na atividade cafeicultura local (MERA, 2016). Esses imigrantes, contudo, eram atraídos através do auxílio de estratégias políticas e políticas públicas que objetivavam o embranquecimento da população e a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre (REIS, 2000).

Diferentemente das imigrações vistas dos séculos XVIII ao XX, que eram protagonizadas por estrangeiros vindos do norte global, nos anos mais recentes, o Brasil tem recebido novos fluxos migratórios caracterizados por pessoas originárias, primordialmente, dos países do hemisfério sul e que decidem imigrar por razões distintas. Dentre esses imigrantes, destacam-se os haitianos e os venezuelanos, principais nacionalidade inseridas no mercado de trabalho, e outras nacionalidades como senegaleses, bolivianos, colombianos, bengalis e sírios (OLIVEIRA, 2019). Grande parte dessas populações buscam refúgio no Brasil e fogem de violações dos direitos humanos, de crises humanitárias e de instabilidades políticas vivenciadas em seus países de origem (PAIVA; LEITE, 2014).

Além disso, esses novos fluxos de estrangeiros estariam sendo motivados também por questões econômicas, atraídos pelas vagas disponíveis no mercado de trabalho brasileiro. A partir de 2017, com a promulgação da nova Lei da Migração, o governo federal, por meio do Ministério das Relações Exteriores, tem buscado atrair imigrantes estrangeiros com qualificação para o país, facilitando as condições de entrada desses profissionais e diminuindo a burocracia demandada (AGRO EM DIA, 2018).

Demétrio (2020) afirma que a crescente participação de trabalhadores imigrantes em diferentes setores do agronegócio nacional, dentre outras razões geopolíticas e comerciais, está atrelada ao fechamento das fronteiras do Norte Global, aos avanços da legislação brasileira em relação à documentação dos estrangeiros, às redes de imigrantes historicamente existentes no país e ao ritmo acelerado da transição demográfica aqui verificado.

A autora ainda reconhece que dentro da agropecuária moderna, a gerência cada vez mais está relacionada a um grupo técnico de administradores e planejadores que comandam as atividades diretamente de escritórios distantes da produção em si. Ademais, são nas áreas privilegiadas do setor que mais empregos são criados, ainda que com baixa estabilidade. Contudo, junto à expansão de novas posições de controle dentro do setor, também cresce a quantidade de empregos precários, instáveis e mal remunerados, evidenciando a intensificação da exploração do trabalho e a falta de garantia ao trabalhador (DEMÉTRIO, 2020).

Dito isso, a presente pesquisa objetiva analisar as diferenças salariais de imigrantes internacionais e brasileiros empregados no mercado de trabalho formal do agronegócio no Brasil. A comparação dos rendimentos entre migrantes e não migrantes é uma forma de avaliar se existe seleção positiva entre os migrantes, ou seja, se estes possuem características que se destacam mais dentro do mercado de trabalho do que os nativos. Os seguintes capítulos estão estruturados de modo a apresentar os dados utilizados, a metodologia empregada e os resultados obtidos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo introduz os conceitos fundamentais da imigração internacional que são empregados no decorrer do trabalho, bem como as teorias que pautam e elucidam o tema, dispostos no primeiro item. O segundo item traz uma breve contextualização histórica sobre a imigração internacional no Brasil. Por fim, o terceiro item aborda o mercado de trabalho para os imigrantes internacionais dentro do agronegócio brasileiro.

### **2.1 Teorias da migração internacional**

#### *2.1.1 Principais conceitos teóricos*

De acordo com a OIM (2009), a migração diz respeito ao processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado e compreende qualquer natureza de

deslocamento de pessoas, independente da extensão ou da causa. Dentro da migração estão incluídos migrantes econômicos, refugiados, pessoas deslocadas e pessoas desenraizadas. Por sua vez, o termo “migrante” não possui uma definição universalmente aceita, compreendendo, regularmente, situações nas quais a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo por motivações pessoais, ou seja, não há interferência de fatores externos que o levem a praticá-la. Deste modo, o termo é geralmente empregado na designação de pessoas que migram para diferentes regiões ou países a fim de melhorar as suas condições sociais e/ou materiais e as de suas famílias (OIM, 2009). A partir desse termo, se dá origem às classificações de “imigrante” e “emigrante”, de modo que a primeira se refere especificamente às pessoas que vêm de outro país, e a segunda, às pessoas que deixam seu país de origem para viver em outro (ACNUR, 2019).

Em relação a migração internacional, o migrante é aquela pessoa que deixa seu país de origem ou de residência habitual<sup>1</sup> para fixar-se em um outro país, permanente ou temporariamente, de modo que haja a transposição de fronteiras internacionais. Dentre eles, não estão inclusos indivíduos que se deslocam em pequenas viagens motivadas por turismo, férias ou a trabalho (OIM, 2009; CUSTÓDIO, 2016).

Conforme posto por Custódio (2016), é importante que outros termos frequentemente utilizados nas teorias da migração internacional e que serão empregados no decorrer deste trabalho sejam bem esclarecidos. A seguir, estes termos serão elencados com base nas definições propostas pela a OIM (2009) e pela ACNUR (2019):

- Refugiado: pessoa que foi forçada a deixar seu país de origem em virtude de perseguição ou risco de violência, requerendo proteção internacional. Assim, um refugiado sempre será um migrante, porém um migrante nem sempre é refugiado;
- Migrante em situação irregular ou indocumentado/não documentado/sem documentos: expressão que substitui o termo “ilegal” a fim de evitar que migrantes nesta situação sejam vistos com um sentido depreciativo. Além disso, a palavra “ilegal” é posta como juridicamente equivocado pela *Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants* (PICUM – Plataforma de Cooperação Internacional para Migrantes Indocumentados, em livre tradução), uma vez que não possuir documentos configura uma infração administrativa e não um ato criminoso;

---

<sup>1</sup> “País onde uma pessoa vive, isto é, onde habita e passa o seu período de descanso diário. O país de residência habitual não muda quando a pessoa se desloca temporariamente ao estrangeiro para fins recreativos, para passar férias, para visitar familiares e amigos, para fins comerciais, para tratamento médico ou em peregrinação religiosa”. (OIM, 2009, p. 51).

- Fluxo migratório: número de migrantes que se deslocaram para (ou de) um país objetivando a residência fixa ou o acesso a oportunidades de emprego em determinado período de tempo (geralmente em um ano);
- Estrangeiro: indivíduo que não é nacional de determinado país. O termo “estrangeiro” faz alusão à nacionalidade da pessoa, enquanto o termo “migrante” diz respeito a situação de permanência do indivíduo. Um migrante é um estrangeiro, porém nem todo estrangeiro é migrante, uma vez que, “estrangeiro” engloba aqueles que viajam por curtos períodos de tempo a trabalho ou a lazer. Neste trabalho, entretanto, as duas expressões são empregadas com o mesmo sentido, assim, quando empregado nesta pesquisa, o termo “estrangeiro” também se refere aos indivíduos imigrantes;
- Migração interna<sup>2</sup>: pessoas que migraram de uma região para outra dentro de um mesmo país com a finalidade de fixar nova residência;
- Migração intrarregional: migração de pessoas dentro de uma mesma região;
- Migração de retorno: pessoas que regressam ao seu país de origem ou de residência habitual após terem emigrado e permanecido, ao menos, um ano em outro país;

### 2.1.2 A migração na sociologia clássica

A temática da migração não era recorrente e considerada relevante nas obras dos sociólogos clássicos do século XIX e das primeiras décadas do século XX – Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, essencialmente –, contudo o assunto foi abordado por esses autores ainda que de maneira sucinta. Faz-se aqui, nesta subseção, uma breve análise de como o tema era tido na sociologia clássica e como foi ganhando maior relevância com o decorrer do tempo.

Marx, juntamente com Friedrich Engels<sup>3</sup>, associou os movimentos migratórios ao desenvolvimento do capitalismo e apontou a migração e a concentração do capital como principais causas deste fenômeno, focando nos aspectos exploratórios que conduziam as migrações no mundo moderno.

O foco principal das teorias marxistas da migração é a migração de mão-de-obra sob o capitalismo, uma vez que se tornou a forma dominante de produção no mundo moderno. A migração pré-capitalista é vista como uma resposta social à invasão e deslocamento por uma população hostil, pressão demográfica, mudanças nos meios de produção ou termos de propriedade da

<sup>2</sup> Evidencia-se que esta população não faz parte do objeto de estudo desta pesquisa.

<sup>3</sup> Em seu trabalho, Oliveira (2014) esclarece que Engels, antes mesmo de Marx, deu início ao que seria reconhecido como “sociologia urbana marxista” e que em sua obra “*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*”, de 1845, aborda com maior profundidade o surgimento das cidades industriais inglesas, as quais foram fortemente impactadas pela migração dos trabalhadores irlandeses. Engels se debruçou em analisar as relações sociais, econômicas e culturais que permearam este processo.

terra, ou por fatores ambientais como a seca ou o esgotamento do solo. (BARBOSA, 2017, p. 145).

Três principais enfoques são mencionados pela sociologia clássica marxista para as migrações decorrentes do desenvolvimento capitalista: a) a desestruturação da economia camponesa europeia, fazendo com que as populações rurais tivessem de migrar para as cidades industriais; b) o desenvolvimento dos meios de transporte, facilitando o deslocamento destas populações; e c) o processo de concentração industrial em determinadas cidades (OLIVEIRA, 2014). Ademais, Marx faz referência a criação de cercamentos nos campos, autorizações de partida e incentivo estatal aos processos emigratórios, por parte de alianças firmadas entre governantes e militares, para forçar os pequenos camponeses e proprietários a deixarem a região. Empreendedores capitalistas, neste cenário, abaixavam os salários e encontravam na mão-de-obra camponesa imigrante o que necessitavam para lograr maximizar seus lucros (SASAKI; ASSIS, 2000).

Durkheim, descendente de judeus imigrantes da Alemanha, afirmou em sua obra “*Da Divisão do Trabalho Social*”, de 1893, que as cidades eram formadas pela migração, através do recrutamento de indivíduos que tinham deixado suas regiões natais, destacando a importância dos movimentos migratórios para o crescimento das grandes cidades francesas. Conseqüentemente, ele ainda associa a formação de novas instituições sociais, como sindicatos e associações profissionais, com a chegada dos imigrantes, os quais passaram a ser os atores principais dentro destes ambientes. O tema também foi abordado pelo sociólogo pela lente da socialização e da integração, objetos primordiais na obra durkheimiana. A imigração, para Durkheim, incrementou a ausência de integração, abordada anteriormente por ele, e possibilitou um aprofundamento nos processos de socialização ao estudar aqueles que eram submetidos aos imigrantes. Destaca-se, porém, que o seu objetivo não era tratar da temática da migração em si, mas sim dos impactos causados por elas nas regiões receptoras dos migrantes e nas regiões que eram deixadas por estas pessoas (OLIVEIRA, 2014).

Uma última referência feita por Durkheim sobre a migração foi em um relatório da Comissão de Estrangeiros, escrito pelo autor e encaminhado para o ministro do interior da França, no qual tratavam de investigar a situação dos estrangeiros que residiam na região francesa de Seine. Nele, Durkheim se encarregou de impedir que refugiados judeus russos, acusados de envolvimento em movimentações antipatrióticas durante a Primeira Grande Guerra, fossem expulsos da região, como era pretendido pelas autoridades locais (OLIVEIRA, 2014).

## 2.2 A imigração internacional no Brasil

### 2.2.1 *Um breve contexto histórico*

A história do Brasil é notoriamente marcada por fluxos migratórios e a imigração internacional contribuiu substancialmente para a construção de sua população. Pode-se dizer que esta começou ainda no século XVI, com os portugueses, nos primórdios do processo de colonização, desencadeando o tráfico de escravos. Acredita-se que cerca de quatro milhões de africanos escravizados foram trazidos para atuar na economia açucareira e no cultivo de produtos para exportação e para o abastecimento interno. Contudo, o ápice da entrada de estrangeiros ocorreu posteriormente, com a independência e com a abolição da escravidão, quando a imigração internacional passou a ser estimulada e financiada por alguns estados brasileiros, visando o povoamento do território e o desenvolvimento econômico<sup>4</sup> (COENTRO, 2011; PATARRA, 2012; REIS, 2000). Contextualizando este período, Manuel Diegues Júnior (apud GASPARETTO JÚNIOR, 2013, p. 29) reconhece três momentos principais na história da imigração brasileira: o primeiro, que vai de 1808 até 1850, corresponde ao fluxo migratório causado pelo trabalho escravo; o segundo período, entre 1850 e 1888, é marcado pela extinção do trabalho compulsório e pelo incentivo à entrada de trabalhadores estrangeiros; e o último momento representa um campo aberto para a imigração e compreende os anos posteriores a 1888.

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, milhões de europeus, principalmente portugueses, italianos e alemães, motivados pela suposição de encontrar melhores condições de vida e pelos conflitos econômicos e revolucionários que culminavam na Europa, migraram para o Brasil. Nas primeiras décadas do século XIX, o contingente de imigrantes que chegava ao país se referia aos escravos e a poucos europeus que formavam colônias nos estados do Sul voltadas para a subsistência, em decorrência do projeto de colonização agrícola que visava a defesa e o povoamento da terra (PATARRA, 2003, 2012). Após o estabelecimento da Lei Eusébio de Queirós em 1850, a economia cafeeira – uma das principais produções da época e que fora afetada pela abolição do tráfico negreiro – teve de se expandir para os estados da região Centro-Sul, porém ainda utilizava mão-de-obra compulsória fornecida pelo comércio interno de escravos<sup>5</sup>. A partir de 1888, com a promulgação da Lei

---

<sup>4</sup> Iotti (2003) salienta que a imigração, em seu conceito literal – o qual se refere ao deslocamento de indivíduos para outro país em busca de trabalho e com a intenção de permanência –, só teve início no Brasil a partir do ano de 1808, com o Decreto de 25 de novembro que passou a permitir a concessão de sesmarias aos não nativos aqui residentes. Posteriormente, em 1818 com a Carta Régia de 2 de maio, se inicia a imigração planejada.

<sup>5</sup> Gasparetto Júnior (2013) enfatiza que mesmo com o estabelecimento da Lei Eusébio de Queirós em 1850, por

Áurea, o cenário aqui instaurado facilitou o processo imigratório de trabalhadores europeus: com as medidas abolicionistas, precisava-se substituir a mão-de-obra escrava empregada até então (PATARRA, 2003). Assim sendo, a imigração destes trabalhadores foi responsável pelo emprego nas lavouras de café, mostrando os primeiros indícios da implementação do trabalho assalariado no país, o que culminou na primeira grande onda migratória para o Brasil, que ocorreu entre 1880 e 1903 e trouxe aproximadamente 1,85 milhão de imigrantes (BAENINGER, 2002; FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017).

A imigração, a partir do século XIX, passou a ser vista no Brasil como um processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação e colonização das terras devolutas, utilizando-se do pressuposto da superioridade branca como argumento para o estabelecimento no sul do país de um modelo de colonização em pequenas propriedades e com base na vinda de trabalhadores europeus, que aqui formaram núcleos e colônias, num modelo diferente do sistema escravagista, que passou a ser construído a partir de meados daquele século. (FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017, p. 80).

Ainda impulsionada pelo cenário incerto que prevalecia na Europa, a segunda onda aconteceu entre 1904 e 1933 e trouxe mais de dois milhões de estrangeiros para o país, apesar do ingresso de imigrantes ter sido reduzido nos anos da Primeira Guerra Mundial (BAENINGER, 2002). Sucintamente, o perfil do imigrante entre os anos de 1850 e 1930 era excepcionalmente diferente do anterior, principalmente os portugueses. Passaram a ingressar no Brasil imigrantes de origem pobre, mulheres e crianças menores de 14 anos. Isso ocorreu em decorrência de três fatores principais: o aumento da população de Portugal e a mecanização de algumas atividades agrícolas, que, conjuntamente, produziram um excedente populacional que não foi absorvido no processo de industrialização, e o empobrecimento da população europeia, aumentando o número de indivíduos dispostos a emigrar (REIS, 2000).

Após a Grande Guerra, o governo mudou seu posicionamento em relação aos trabalhadores imigrantes internacionais:

No período anterior, como já demonstrado, os estrangeiros eram bem-vindos e subsidiados para ocupar postos de trabalho e formar um exército de mão-de-obra disponível em terras brasileiras, especialmente no momento em que foi preciso substituir o escravo nas lavouras de café. Porém, depois da guerra, o estrangeiro passou a ser visto como agitador, em função do conflito internacional gerado, e, sobretudo, corruptor do operário nacional, por causa da marcante presença de imigrantes na liderança dos movimentos grevistas ocorridos no decorrer da década de 1910. (GASPARETTO JÚNIOR, 2013, p. 37-38).

A crise causada pela Grande Depressão e a conseqüente crise do café apontaram uma

---

pressão da Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos, o trabalho escravo continuou presente, sendo extinto somente em 1888 com a promulgação da Lei Áurea.

nova etapa do processo migratório. O governo brasileiro impôs um limite para a imigração<sup>6</sup>, reduzindo drasticamente o número de indivíduos que ingressaram no país na década posterior e a mão-de-obra utilizada no processo de industrialização nacional foi suprida majoritariamente por migrações internas (COENTRO, 2011; PATARRA, 2012). As leis que regiam a contratação de trabalhadores imigrantes se tornaram mais rígidas a favor da defesa dos postos de trabalho para os nativos, entretanto, o perfil imigrante que contribuiu para a formação da população brasileira ainda era desejado, sobretudo por setores das elites, abrindo espaço para as ideias eugenistas que pautaram a política migratória na Era Vargas:

O novo cenário nacional fez cair o fluxo de entrada de trabalhadores estrangeiros e também restringiu em grande medida suas atividades em território brasileiro, estabelecendo projetos nacionalistas de caráter seletivo e restricionista (GASPARETTO JÚNIOR, 2013, p. 38).

Mesmo com os limites impostos e com as constantes dificuldades, os imigrantes que chegaram ao Brasil primordialmente a partir da metade do século XIX cumpriram papel essencial na construção da sociedade e ocuparam postos de trabalho em setores econômicos fundamentais na época. A Tabela 1 mostra a importância da vinda desses estrangeiros através do número de imigrantes por nacionalidade e ano de chegada, evidenciando os períodos compreendidos pelas duas grandes ondas de imigração e de queda na quantidade de ingressantes (anos da I Guerra Mundial).

**Tabela 1.** Imigrantes internacionais que chegaram ao Brasil por período e nacionalidade

Nacionalidade	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	Total
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	154.397
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	587.114
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	1.401.335
Japoneses	0	0	11.868	20.398	110.191	142.457
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	1.145.737
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	24.491	97.914
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	434.645
<b>Total</b>	<b>883.668</b>	<b>852.110</b>	<b>1.006.617</b>	<b>503.981</b>	<b>717.223</b>	<b>3.963.599</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).

Dentre os anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebeu diversos imigrantes que, de modo similar ao primeiro conflito, fugiam do ambiente hostil que predominava na Europa. Porém, como o Brasil esteve ao lado das potências aliadas, italianos e

<sup>6</sup> Patarra (2012) pontua que as primeiras restrições aos imigrantes internacionais surgiram no final do ano de 1930 e foram formalizadas através de quotas fixadas nas Constituições de 1934 e de 1937.

alemães passaram a ser barrados nos anos seguintes, deixando os indicadores praticamente nulos (GASPARETTO JÚNIOR, 2013). Estima-se que entre 1930 e 1939, 333 mil imigrantes ingressaram no país, número bastante inferior quando comparado com os 846 mil estrangeiros que imigraram na década anterior (COENTRO, 2011). A imigração internacional continuou baixa nos anos do conflito e o ritmo observado antes da crise de 1929 retomou apenas em 1953, período no qual o país expressou elevado crescimento econômico e contou com o ingresso de cerca de 600 mil estrangeiros. Na década de 1960, contudo, este índice sofreu outra queda motivada por instabilidades políticas e por um quadro inflacionário e de estagnação econômica, de modo que apenas 200 mil imigrantes ingressaram no Brasil entre os anos de 1960 e 1972 (BAENINGER, 2002; COENTRO, 2011).

Já os anos 80 ficaram conhecidos como a década perdida em decorrência de instabilidades internas como “[...] carga tributária excessiva, baixa poupança do setor público, infraestrutura precária, baixo nível educacional da população, alta proteção à indústria nacional, legislação trabalhista ultrapassada e fragilidade de instituições capazes de garantir contratos comerciais e proteger a concorrência justa”, de acordo com Figueiredo e Zanelatto (2017). Em relação a questão migratória, neste período ocorreu o inverso: a quantidade de brasileiros que deixou o país foi maior do que a quantidade de estrangeiros que ingressou, resultando em um saldo migratório internacional negativo de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas (CARVALHO, 2006; FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017). Patarra e Baeninger (2004) ressaltam que o Brasil foi o último país a experimentar o fenômeno da emigração rumo ao primeiro mundo e que essa foi a primeira vez que se verificou uma saída significativa de brasileiros, os quais escolheram como principais destinos os Estados Unidos, Japão, alguns países da Europa e o Paraguai.

Apesar do aumento da quantidade de brasileiros que passaram a sair do país, o Brasil não deixou de ser um país de imigração, no entanto, os fluxos migratórios desse período eram, em alguns aspectos, distintos dos observados anteriormente, como, por exemplo, houve um aumento de imigrantes originários de países da América Latina (principalmente bolivianos e peruanos), de não documentados e de baixa renda e qualificação (COENTRO, 2011). Neste mesmo período, também se observou elevado índice de migrações de retorno<sup>7</sup> (brasileiros que estavam regressando ao país), fato este que, de certo modo, conflita com o argumento de que estas pessoas teriam possivelmente deixado o Brasil em decorrência da década perdida. Somado

---

<sup>7</sup> Carvalho (2006) inferiu que, no quinquênio compreendido entre 1986 e 1991, 52% dos ingressantes no Brasil eram imigrantes retornados – brasileiros natos ou naturalizados. Este índice foi ainda maior no quinquênio de 1995 até 2000, sendo de 66%.

a isso, Coentro (2011) também justifica que a saída destes brasileiros aparentou estar mais relacionada com a expansão do processo produtivo e da crescente globalização em escala mundial do que com a instabilidade econômica verificada na década de 80, sustentado pelo fato de que neste intervalo igualmente se verificou um crescimento na entrada de imigrantes técnico qualificados e de empresários.

É importante destacar que, embora nos anos 1980 e 1990 a corrente migratória principal fosse no sentido do exterior, nesse mesmo período, o país recebeu imigração significativa de bolivianos e paraguaios, face às assimetrias no desenvolvimento econômico e social. Em menor escala, foi notada a presença de dirigentes de empresas e técnicos europeus, que chegaram em função do processo de privatização das empresas públicas brasileiras. (OLIVEIRA, 2015, p. 48).

A mesma situação permaneceu na década de 1990, com predominância de migrações intrarregionais, principalmente do tipo rural-urbano, intensificando a expansão do processo de urbanização. Contudo, em meados de 1995, o quadro começou a reverter. Com a redemocratização e com a implementação do Plano Real em 1994 pelo então Presidente da República Itamar Franco, a hiperinflação que predominou nas décadas anteriores passou a ser controlada e a estabilidade econômica pode ser mantida. Este cenário fez com que o Brasil ganhasse notório reconhecimento e credibilidade no mercado internacional, possibilitando um vasto ingresso de investimentos estrangeiros no país (FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017). No quinquênio que compreendeu os anos de 1995 até 2000, cerca de 144 mil imigrantes internacionais ingressaram no país, dois quais 61% eram brasileiros retornados. Do mesmo modo que na década anterior, a maioria dos estrangeiros que aqui chegaram eram originários de países da América Latina (49%), dando origem a um novo momento na história da imigração internacional no Brasil (CARVALHO, 2006).

### *2.2.2 A imigração internacional no século XXI*

O século XXI traz uma nova modalidade aos movimentos migratórios que tiveram o Brasil como destino. Diferentemente dos imigrantes do século passado, originários, em sua maioria, do norte global e incentivados e financiados pelas autoridades brasileiras a fim de ocupar territórios e “branquear” a população, os estrangeiros que passaram a migrar a partir de meados dos anos 90 eram predominantemente originários de países em desenvolvimento (paraguaios, bolivianos, chilenos, peruanos, haitianos, venezuelanos, coreanos, chineses e africanos), possuíam diferentes níveis de escolaridade e distintas motivações para deixarem seus países (PATARRA, 2012; CAVALCANTI, 2015).

Superada a crise que permeou o país durante as duas últimas décadas do século anterior,

a estabilidade econômica e a ampliação de movimentos sociais ditaram uma nova fase da conjuntura nacional. A partir de 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, pautas como a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico, o investimento em políticas de inclusão social, a redução da pobreza e da desigualdade, a criação de políticas de distribuição de renda e a formalização dos empregos foram priorizadas e possibilitaram uma melhora na qualidade de vida de milhares de brasileiros. Este cenário favoreceu o fenômeno migratório, diversificando-o, e, inclusive, trazendo de volta brasileiros que anteriormente tinham emigrado, como detalham Gonçalves e Souza (2019):

Especificamente, o mercado interno brasileiro acelerou nas áreas de infraestrutura, construção civil, tecnologia, inovação, serviços, petróleo e gás, agronegócios, etc., tornando o País muito atrativo à vinda de imigrantes e organizações internacionais e, portanto, reconfigurando a composição dos grupos de estrangeiros no Brasil, inclusive, de acordo com os seus países de origem (GONÇALVES; SOUZA, 2019, p. 29).

De acordo com os dados dos Censos Demográficos compilados por Oliveira (2015) e expostos na Tabela 2, aproximadamente 684 mil imigrantes viviam no Brasil no ano de 2000 e, em 2010, esse número sofreu uma queda de 13,3%, totalizando cerca de 592 mil imigrantes. Essa queda, esclarece o autor, “se explica pela principal parcela desse segmento ter chegado ao Brasil já há algum tempo, como demonstram os próprios dados do Censo no que tange à data de chegada no país” (OLIVEIRA, 2015, p. 49).

**Tabela 2.** Imigrantes segundo continente de origem, Brasil, 2000 e 2010

Origem	2000	2010
América do Norte	17.014	28.297
América Latina e Caribe	140.496	177.761
Europa	375.117	257.216
Ásia	115.837	97.493
África	13.716	14.886
Outros	21.656	16.938
<b>Total</b>	<b>683.836</b>	<b>592.591</b>

Fonte: OLIVEIRA (2015).

Nota: os números apresentados incluem naturalizados brasileiros e imigrantes de retorno.

A partir da Tabela 2, é possível constatar uma queda de 31,4% na quantidade de imigrantes europeus vivendo no Brasil nos dois anos analisados, bem como uma queda de 15,8% no número de imigrantes vindos da Ásia, ambos continentes com países de migração histórica. No entanto, houve um aumento no número de imigrantes que vieram das Américas e da África, sendo que a população que emigrou da América do Norte aumentou em 66,3% e, da

América Latina e Caribe, em 26,5%. Por outro lado, o número de imigrantes que viviam no Brasil há pelo menos cinco anos em residência fixa cresceu 86,7% entre 2000 e 2010, passando de 144 mil para 286 mil indivíduos, segundo dados dos Censos Demográficos (G1, 2012).

Quando analisados os números de imigrantes que ingressaram no Brasil por ano de chegada, a partir de 2010 verifica-se um aumento considerável de haitianos e venezuelanos. No que diz respeito a categoria de imigrantes de longo termo, a quantidade de registros seguiu uma tendência crescente até 2014 e passou a decair a partir de 2015, período que coincide com o agravamento da crise econômica nacional (OLIVEIRA, 2019), conforme mostra a Tabela 3.

**Tabela 3.** Número de registros para migrantes de longo termo por ano de entrada, segundo principais países de nascimento, Brasil, 2011 até 2018

País de nascimento	Ano de entrada								Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Haiti	2.652	4.467	14.740	20.392	20.547	20.985	12.931	9.359	106.073
Bolívia	6.867	6.296	7.131	4.860	5.065	4.695	5.052	4.305	44.271
Venezuela	302	304	391	655	1.036	2.713	10.410	25.192	41.003
Colômbia	909	1.673	3.730	4.087	5.227	6.125	7.156	4.914	33.821
Cuba	169	166	4.993	5.752	1.729	4.031	4.962	1.148	22.950
Argentina	1.673	2.089	2.671	3.683	3.569	3.761	3.287	1.589	22.322
China	2.881	2.466	3.016	3.306	3.042	2.438	2.456	1.461	21.066
Peru	1.224	2.220	2.164	2.653	2.579	2.435	2.217	1.665	17.157
Paraguai	1.653	2.108	2.295	2.755	2.565	1.971	1.918	1.480	16.745
Portugal	2.070	2.812	3.297	2.805	1.988	1.293	804	467	15.536
Uruguai	685	792	1.047	1.296	1.687	1.705	1.976	3.607	12.795
Itália	1.597	1.986	2.045	2.174	1.821	1.268	915	442	12.248
Espanha	1.051	1.457	2.068	1.660	1.299	842	510	348	9.235
França	904	1.078	1.434	1.416	1.384	1.093	841	535	8.685
Estados Unidos	1.203	1.262	1.346	1.207	1.182	993	811	665	8.669
Chile	599	822	775	941	885	939	850	649	6.460
Japão	685	681	837	801	863	804	705	674	6.050
Coréia do Sul	669	500	740	1.085	1.321	535	448	375	5.673
Alemanha	865	859	892	770	776	576	453	342	5.533
Angola	308	363	402	575	1.066	1.070	437	189	4.410
Outros	9.822	9.487	11.840	11.603	10.990	7.540	6.484	4.297	72.063

Fonte: OLIVEIRA (2019).

Os haitianos, impulsionados pelas precárias condições de vida enfrentadas no país, por instabilidades econômica e política e pelos terremotos vivenciados em 2004 e em 2010,

passaram a ser maioria dentre os imigrantes que ingressaram entre 2013 e 2017<sup>8</sup>. Já os venezuelanos, também motivados por um cenário de crise política e econômica, além do agravamento da crise humanitária, ficaram atrás apenas da quantidade de haitianos em 2017 e assumiram a primeira posição na quantidade de ingressantes no ano de 2018.

### *2.2.3 A imigração internacional e o agronegócio no Brasil*

O meio rural sempre esteve envolvido nas discussões de desenvolvimento econômico e populacional, seja pela organização de sua matriz produtiva ou pelo peso que a atividade sempre trouxe à economia mundial e brasileira. Os períodos de guerra no final do século XVIII e a Revolução Industrial que se iniciava na Europa, fizeram com que parte da mão-de-obra rural fosse substituída por equipamentos agrícolas, ainda que rudimentares, como arados e semeadeiras, gerando uma onda de êxodo rural e acentuando o processo migratório mundial. Antes mesmo da Revolução Industrial, viu-se na Ásia a implementação de mecanismos para prevenir a aceleração do êxodo rural (MERA, 2016).

O regime salarial industrial e a mendicância são apontados como alguns dos fatores que contribuíram para a acentuação do êxodo rural europeu, e, já na metade do século XIX, grande parte da terra se encontrava nas mãos de um número bastante reduzido de grandes proprietários, em função do movimento de apropriação e concentração fundiária (MAZOYER; ROUDART, 1998).

Jonhson (1971) pontua que grande parte dessa população que estava saindo do meio rural europeu, com o auxílio do desenvolvimento dos meios de transporte, passou a emigrar, aumentando mundialmente as fronteiras agrícolas. Deste modo, o continente americano recebeu um número significativo de imigrantes originários do meio rural, advindos principalmente da Europa, que, ao encontrarem aqui condições favoráveis para continuar exercendo suas atividades, passaram a povoar a terra e a expandir os movimentos agrícolas.

No Brasil, esse processo não foi diferente. Sabe-se que aqui o imigrante internacional teve uma enorme contribuição para a formação das fronteiras agrícolas e da expansão das atividades agrárias, podendo-se afirmar que o país se tornou dependente da migração para viabilizar suas atividades econômicas, desde seu descobrimento. Desde a crescente onda de imigrantes internacionais se dirigindo ao Brasil, ainda em meados do século XVIII, os estrangeiros que aqui chegavam eram, em sua maioria, destinados ao trabalho rural, visando o

---

<sup>8</sup> Figueredo (2016) ressalta que grande parte dos haitianos que ingressam no Brasil o fazem de maneira irregular, de modo que entre 2011 e 2012, cerca de 4 mil indivíduos em situação irregular imigraram, principalmente pelas fronteiras do Acre e do Amazonas e por rotas em Roraima, Mato Grosso e Amapá.

povoamento e a exploração da terra. Inicialmente, a economia extrativa do ouro constituiu a atividade que mais atraiu imigrantes, principalmente os portugueses, além da mão-de-obra escrava que era altamente demandada nessas atividades (MERA, 2016).

Já em meados do século XIX, observou-se um cenário excepcionalmente favorável à expansão da cultura do café no Brasil, devido a problemas na oferta de outros países, tornando essa atividade uma grande absorvedora de mão-de-obra estrangeira. Por um lado, os emigrantes que aqui chegavam eram expulsos de seus países de origem devido às crises políticas e excedentes populacionais, e, por outro lado, havia os fatores de atração, com as possibilidades de emprego na atividade cafeeira local (MERA, 2016). Esses imigrantes, contudo, eram atraídos através do auxílio de estratégias políticas e políticas públicas que objetivavam o embranquecimento da população e a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre (REIS, 2000).

Após esses episódios, a migração assumiu uma importância cada vez maior na economia local, principalmente quando a industrialização promovida pela substituição de importações tornou-se a principal força dinâmica da economia. Especialmente na região Sudeste, a oferta de mão-de-obra italiana contribuiu para a expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo (MERA, 2016). Conforme aponta Furtado (2003), na mesma época em que crescia a necessidade de mão-de-obra para a atividade cafeeira no Brasil, a região sul da Itália, menos desenvolvida e com menor produtividade agrícola, se encontrava em um cenário complexo para enfrentar a concorrência das regiões mais desenvolvidas do norte, tendo a migração vista como solução para parte da população. Entretanto, com o abuso dos empregadores locais e com dívidas cada vez maiores por parte dos colonos, muitos imigrantes acabaram trabalhando quase como os antigos escravos que antes atuavam no mesmo campo (CAVINATTO, 2013).

Bacha (2004) afirma que os anos de 1930 a 1945 estiveram marcados pela crise da cafeeira e pelo início da industrialização nacional. Nesse período, a imigração estrangeira diminuiu em direção ao Brasil, de modo que entrada de imigrantes em território nacional foi proibida a fim de preservar o emprego dos trabalhadores brasileiros, e iniciou-se um processo de migração rural-urbana, que passou a direcionar a mão-de-obra para os setores industriais e urbanos que então se desenvolviam. Desde então, as migrações se intensificaram saindo das áreas rurais em direção às urbanas, principalmente quando o trabalhador urbano passou a ter salário mínimo, estabilidade e seguridade social.

Apesar do êxodo rural experimentado nacionalmente, do período seguinte até a década de 1960, a agricultura brasileira também passou a se modernizar, processo este que foi impulsionado pela criação de políticas públicas direcionadas ao setor e pela importação de

tecnologias e insumos agrários. Além disso, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, objetivando igualar os direitos dos trabalhadores rurais àqueles dos trabalhadores urbanos, foi, em parte, responsável pela redução do vínculo empregatício e manutenção de parte dos trabalhadores no meio rural. Contudo, esse cenário oriundo da modernização resulta na concentração da propriedade da terra, na medida em que há a inviabilização econômica das pequenas propriedades, provocada, principalmente, pela falta de escala produtiva ou por endividamento (MERA, 2016).

Esse cenário de modernização agrícola abre espaço para o conceito de agronegócio que é conhecido hoje. Gras e Hernández (2013) identificam o *agribusiness* a partir de dois princípios fundamentais: a revolução tecnológica e as limitações das funções reguladoras dos Estados nacionais. Outras pesquisas também associam o agronegócio à formação de novas frentes de crescimento econômico e populacional. Demétrio (2020) reconhece que dentro da agropecuária moderna, a gerência cada vez mais está relacionada a um grupo técnico de administradores e planejadores que comandam as atividades diretamente de escritórios distantes da produção em si. Ademais, são nas áreas privilegiadas do setor que mais empregos são criados, ainda que com baixa estabilidade. Contudo, junto à expansão de novas posições de controle dentro do setor, também cresce a quantidade de empregos precários, instáveis e mal remunerados, evidenciando a intensificação da exploração do trabalho e a falta de garantia ao trabalhador (DEMÉTRIO, 2020).

Analisando a posição do trabalhador imigrante dentro do cenário atual do agronegócio brasileiro, Demétrio (2020) estimou que as atividades de produção de carne de frango são as que mais empregam trabalhadores estrangeiros. Principalmente no Sul do país, grande parte dos ocupados nessas atividades são imigrantes internacionais, dentre os quais sobressaem-se os paraguaios e haitianos. Esse cenário é facilitado tanto pelas características demográficas quanto pelas condições de trabalho criadas nos frigoríficos da região, marcadas pela precariedade laboral. A autora destaca ainda que o agronegócio da carne de frango apresenta aumento considerável de vínculos empregatícios de imigrantes de baixa escolaridade, particularmente de analfabetos (DEMÉTRIO, 2020).

A agroindústria da carne bovina também conta com significativa participação da mão-de-obra imigrante e com a crescente contratação de trabalhadores analfabetos. Por outro lado, algumas atividades agropecuárias, como os seguimentos do café e da celulose, acumulam trabalhadores estrangeiros com níveis mais altos de escolaridade (médio e superior completos) (DEMÉTRIO, 2020).

Em linhas gerais, a autora destaca a baixa participação atual de imigrantes nos

grupos ocupacionais que compõem cargos de gerência, direção, profissionais das ciências e das artes dentro do agronegócio brasileiro, enquanto, contudo, a presença destes trabalhadores continua sendo expressiva nas atividades de produção de bens e serviços industriais (DEMÉTRIO, 2020).

### **3 OBJETIVOS**

Apresentam-se, nesta sessão, os objetivos gerais e específicos delimitados ao realizar esta pesquisa.

#### **3.1 Objetivos gerais**

Estudos recentes ressaltam que a necessidade da mão-de-obra imigrante e, sobretudo, qualificada, dentro do agronegócio, já verificada em países europeus e norte-americanos, também tem se intensificado no Brasil nos últimos anos. Seja pela diminuição da oferta de trabalhadores locais ou pela alta demanda de trabalho de um dos setores que mais exportam no país, a migração internacional cada vez mais tem e continuará tendo um papel fundamental dentro do cenário econômico local (DEMÉTRIO, 2020).

Além disso, a reestruturação produtiva desencadeada pela ação de grandes empresas nacionais e internacionais que operam no agronegócio vem contribuído significativamente para a redefinição da dinâmica da população que atua no setor e na estrutura produtiva e fundiária de diferentes regiões. Uma das mudanças que mais se destacam é, novamente, a crescente presença de estrangeiros em diferentes segmentos funcionais e em diferentes estratos ocupacionais, que vão desde as ocupações de maior qualificação até os cargos para os quais são exigidas menor escolaridade: os assalariados rurais do agronegócio (DEMÉTRIO, 2020).

Desse modo, a continuação do estudo que abrange esse tema é de extrema importância para que se possa analisar de maneira mais minuciosa quais as vertentes, impactos e consequências que a inserção dessa mão-de-obra vem acarretando dentro do setor e na sociedade como um todo. Portanto, esta pesquisa objetiva mensurar o perfil dos trabalhadores imigrantes que compõem a força de trabalho formal do agronegócio no Brasil e analisar as diferenças salariais destes estrangeiros para com os brasileiros empregados no mesmo setor, visando contribuir e dar continuidade ao tema.

### 3.2 Objetivos específicos

- Classificar as atividades econômicas do agronegócio, identificando os seus diferentes segmentos, integral ou parcialmente;
- Identificar o mercado de trabalho do agronegócio no Brasil;
- Analisar o perfil dos trabalhadores imigrantes empregados no agronegócio no País;
- Avaliar as diferenças salariais entre os trabalhadores estrangeiros e brasileiros que ocupam distintos segmentos dentro do agronegócio, através da equação de rendimentos de Mincer;
- Avaliar qual parte dessas diferenças pode ser considerada explicada (referente às habilidades e características mensuráveis) e qual parte é não explicada (referente à discriminação sofrida pelos imigrantes dentro do mercado de trabalho).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Base de dados

Atualmente, os principais órgãos encarregados pelo controle e gestão de entrada de estrangeiros no Brasil são o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), através do Departamento de Migrações, responsável por assuntos referentes a nacionalidade, naturalização, reconhecimento da condição de refugiado, apatridia, asilo e emissão de autorizações de residência; o Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável pela expedição de diversos tipos de vistos; o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), responsável pela emissão da carteira de trabalho aos imigrantes; e a Polícia Federal (PF), encarregada da fiscalização e da emissão de demais documentos auxiliares.

Informações gerais sobre imigrantes internacionais no Brasil também são concedidas por diversas outras fontes, sendo as principais o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra) e o Sistema de Tráfego Internacional (STI). Além disso, dados referentes ao mercado de trabalho que englobam os imigrantes são disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), através da base de dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A RAIS se tornou, com o passar do tempo, uma das maiores e mais confiáveis

referências sobre estatísticas do mercado de trabalho brasileiro. O levantamento é um registro administrativo anual que deve ser declarado obrigatoriamente por todos os empregadores em território nacional, sejam físicos ou jurídicos, compreendendo aproximadamente 97% do mercado de trabalho formal brasileiro. Seu principal objetivo é identificar os trabalhadores que têm direito ao Abono Salarial, dispondo, deste modo, de informações apenas dos empregados que possuem carteira de trabalho. Por este motivo, se referindo aos estrangeiros, a RAIS não possui informações sobre entradas irregulares e trabalhos informais. Ressalta-se ainda que, conforme estabelecido pela Constituição Federal, os imigrantes que vivem no Brasil e seus cidadãos nativos possuem igualdade de direitos, e, por conseguinte, aqueles inseridos no mercado de trabalho disfrutam dos mesmos deveres, proteção e responsabilidades formais (BRASIL, 2020b; CUSTÓDIO, 2016).

Colocada a importância da RAIS na construção de um mapa do mercado formal devido a quantidade e qualidade dos dados que compreende e tendo em vista o problema e os objetivos da pesquisa, a utilização de sua base de dados se torna viável e adequada. Além disso, ela apresenta informações trabalhistas de nativos e imigrantes, permitindo a identificação do país de origem e de demais características destes últimos, como, por exemplo, o tempo chegada no Brasil. Deste modo, os dados aqui empregados são provenientes do registro de 2019 (BRASIL, 2020) e foram considerados trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos que compuseram o estoque do ano analisado, ou seja, apenas aqueles que estiveram empregados na data de 31 de dezembro. A Tabela 4 detalha as variáveis que foram selecionadas, criadas e utilizadas nas regressões.

**Tabela 4.** Descrição das variáveis

Variável	Descrição
Homem / Mulher	Variáveis binárias do sexo do trabalhador criadas a partir da variável " <i>sexotrabalhador</i> "
Idade	Idade do trabalhador
Idade ao quadrado <sup>9</sup>	Idade do trabalhador ao quadrado
Branca / Não branca	Variáveis binárias de cor do trabalhador criadas a partir da variável " <i>raçacor</i> "
Norte / Nordeste / Centro-Oeste / Sudeste / Sul	Variáveis binárias para as regiões do país onde estão localizados os estabelecimentos, criadas a partir da variável " <i>município</i> "

<sup>9</sup> A inclusão da variável idade ao quadrado em modelos de regressão é usualmente feita para indicar que, à medida que um indivíduo envelhece, e, conseqüentemente, adquire maior experiência no mercado de trabalho, seu salário aumenta. Contudo, em determinado ponto, os retornos começam a diminuir com a idade. Deste modo, espera-se que a variável idade apresente coeficiente positivo e a variável idade ao quadrado, negativo.

Sem instrução / Fundamental / Médio / Superior	Variáveis binárias de grau de instrução criadas a partir da variável " <i>escolaridadeapós2005</i> "
Insumos / Primário / Indústria / Serviços	Variáveis binárias que identificam o segmento do agronegócio no qual o indivíduo está empregado, criadas a partir da variável " <i>cnae20classe</i> "
Urbano / Rural / Urbano Temporário / Rural Temporário	Variáveis binárias de vínculo empregatício criadas a partir da variável " <i>tipovínculo</i> "
Permanência até 5 anos / Cinco anos ou mais	Variáveis binárias de tempo de permanência no emprego criadas a partir da variável " <i>faixatempoemprego</i> "
Salário Hora / Logaritmo do Salário Hora	Variáveis de salário/hora criadas a partir das variáveis " <i>qtdhoracontr</i> " e " <i>remuneracao</i> "
Imigrante / Brasileiro	Variáveis binárias de imigrantes ou brasileiros criadas a partir da variável " <i>nacionalidade</i> "
Imigrante sem escolaridade / Imigrante fundamental / Imigrante médio / Imigrante superior / Brasileiro sem escolaridade / Brasileiro fundamental / Brasileiro médio / Brasileiro superior	Variáveis binárias criadas a partir da combinação das variáveis imigrante e brasileiro com as variáveis de grau de instrução
América Latina / América do Norte / Europa / África / Ásia / Outras Nacionalidades	Variáveis binárias de continente de origem criadas a partir da variável " <i>nacionalidade</i> "

---

Fonte: elaboração própria.

Foram excluídos da amostra aqueles com declaração ausente para alguma característica pessoal, como raça, salário e horas trabalhadas; aqueles que possuíam menos de um mês empregados (quando o tipo de movimento informado é igual a primeiro emprego, reemprego ou transferência de entrada); aqueles com vínculos de diretor, trabalho avulso, trabalho temporário e aprendiz; e os indivíduos naturalizados brasileiros. Além disso, nenhum funcionário público apresenta informação sobre raça, ficando de fora da seleção. Assim, a amostra final é composta por 16.397.346 indivíduos, dentre os quais 122.766 são imigrantes. Deste total, 5.942.456 está empregado em atividades do agronegócio, sendo 36.724 trabalhadores estrangeiros.

Cabe ainda destacar que a RAIS apresenta algumas limitações para as análises e Noronha (2013) as sintetiza em dois pontos principais. A primeira, como mencionado anteriormente, é a presença de trabalhadores que estão inseridos apenas no mercado de trabalho formal. Logo, os dados tendem a ser subestimados, uma vez que existe uma vasta quantidade de trabalhadores imigrantes atuando na informalidade que não são computados pela pesquisa. Outra limitação a se considerar se refere às inconsistências e imprecisões que podem existir nos

dados declarados, visto que o preenchimento dos dados é feito pelos empregadores que, muitas vezes, podem declarar informações incorretas ou desatualizadas sobre seus empregados.

#### 4.2 Classificação das atividades pertencentes ao agronegócio

De acordo com Davis e Goldberg (1957), o agronegócio envolve as atividades de (1) insumos para a agropecuária, (2) produção agrícola e pecuária, (3) indústrias de processamento de produtos agropecuários (bens primários de base vegetal ou animal), e (4) serviços. De maneira mais específica, como resume Castro et. al (2017), o agronegócio está configurado como um sistema de cadeias interligadas a partir das atividades agropecuárias, envolvendo assim, as atividades de produção de insumos, a produção agropecuária propriamente dita, atividades de processamento dos produtos agropecuários e atividades de comércio, transporte e demais serviços que se encontram dispostos durante a cadeia produtiva até o consumidor final ou a exportação.

Baseado nessa classificação, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) utiliza as informações da Matriz de Insumo-Produto (MIP) brasileira de 2010 para selecionar as atividades que se enquadram no agronegócio. A matriz leva em consideração as atividades elencadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE) (IBGE, 2006), as quais são contabilizadas no agronegócio de acordo com a intensidade de sua vinculação com a agropecuária (CEPEA, 2017).

A base de dados da RAIS também emprega a CNAE para identificar as atividades as quais pertencem as empresas e entidades que devem fazer a declaração anualmente. Deste modo, este trabalho se baseia na categorização formulada pelo Cepea (2017) para selecionar apenas as atividades que pertencem ao agronegócio, as quais estão dispostas na Tabela 5.

**Tabela 5.** Atividades e segmentos do agronegócio e respectivas CNAEs

CNAE 2.0	Segmento	Atividade
2012; 2013	Insumos	Fertilizantes e corretivos de solo
20517	Insumos	Defensivos agrícolas
10660	Insumos	Rações
21220	Insumos	Medicamentos veterinários
283	Insumos	Máquinas para agropecuária
011; 012; 013; 014; 02	Primário	Agricultura e floresta
015; 017; 03	Primário	Pecuária, pesca e aquicultura
101; 102	Agroindústria	Abate e preparação de carnes e pescado
105	Agroindústria	Laticínios
107; 193	Agroindústria	Açúcar e etanol
108	Agroindústria	Indústria do café

103	Agroindústria	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
104	Agroindústria	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais
106 (exceto 10660)	Agroindústria	Moagem, fabricação de produtos amiláceos (exceto alimentos para animais)
109	Agroindústria	Outros produtos alimentares
11	Agroindústria	Bebidas
12	Agroindústria	Fabricação de produtos do fumo
1311; 1312; 1321; 1322	Agroindústria	Têxtil de base natural
14	Agroindústria	Vestuários e acessórios*
1510; 1529; 1531	Agroindústria	Artigos de couro e calçados
16	Agroindústria	Fabricação de produtos de madeira
17	Agroindústria	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
3101	Agroindústria	Móveis de madeira
46; 47; 49 a 53; 55; 56; 58 a 66; 68 a 75; 77 a 82; 84	Agrosserviços	Diversos*

Fonte: Cepea (2017).

Nota: (\*) Para a atividade de vestuário e acessórios e para serviços, apenas percentual das CNAEs definidas é considerado pertencente ao agronegócio.

De acordo com a nota apresentada na Tabela 5, para o setor de vestuário e acessórios (inclusive na agroindústria) e para o segmento dos agrosserviços, o Cepea classifica apenas parte destas atividades como pertencentes ao agronegócio. Sendo assim, as parcelas de trabalhadores consideradas destes dois grupos foram de 35% e 14%, respectivamente (BARROS et al., 2014; CEPEA, 2017).

### 4.3 Equação de rendimentos de Mincer

Para que seja possível verificar as diferenças salariais entre brasileiros e imigrantes internacionais, esta pesquisa emprega a equação de rendimentos de Mincer (1974), a qual consiste em um modelo de regressão que utiliza o logaritmo dos rendimentos como variável dependente e as demais características produtivas e pessoais dos trabalhadores como variáveis independentes. A equação minceriana é resultado de uma vasta literatura sobre a economia do trabalho e é uma das metodologias mais aplicadas de maneira satisfatória em pesquisas sociais que objetivam analisar os determinantes dos rendimentos em função da educação, da experiência de trabalho, entre outras características.

Diversos autores como, Silva Filho e Maia (2019), Loureiro (2018), Cunha e Maciel (2013), Assis et al. (2012), Vilela (2011) e Santos Júnior et al. (2005) empregam a equação de rendimentos de Mincer para determinar as diferenças salariais no mercado de trabalho brasileiro

entre nativos e migrantes, sejam estes internos ou externos. É importante ressaltar que a maioria dos trabalhos que aplicam a equação minceriana também utiliza o procedimento de correção de viés de Heckman, o qual serve para corrigir possíveis vieses ocasionados caso apenas indivíduos ocupados sejam incluídos na amostra. Deste modo, os autores também incluem aqueles indivíduos que estão fora do mercado de trabalho e, após a correção, atualizam a amostra final que será utilizada (VILELA, 2011).

No caso da RAIS, que contempla apenas trabalhadores ocupados, a correção de Heckman não é empregada. Contudo, o mesmo procedimento metodológico da equação de rendimentos de Mincer já foi aplicado por autores como Shikida et al. (2022), Romanello (2021), Schmitz e Miyamoto (2019), Julião et al. (2018) e Silva Filho et al. (2017) em estudos com a base de dados da RAIS e os resultados estimados foram significativos.

A primeira vez que a equação de rendimentos minceriana foi aplicada para estimar as diferenças salariais entre migrantes e não-migrantes foi no trabalho de Chiswick (1999), estimando, através de um modelo de regressão *cross-section*, o diferencial de habilidade no momento de chegada do imigrante ao país de destino e como ele se altera ao longo do tempo à medida que os este se adapta ao mercado de trabalho.

A equação de rendimentos minceriana consiste no seguinte modelo:

$$\ln w_i = \beta_0 + \beta_1 educ_i + \beta_2 exp_i + \beta_3 exp_i^2 + u_i \quad (1)$$

Onde  $\ln w_i$  é o logaritmo do salário recebido pelo indivíduo;  $educ_i$  é a escolaridade, geralmente medida em anos de estudo;  $exp_i$  é a experiência do indivíduo no mercado de trabalho<sup>10</sup> e  $u_i$  é o erro estocástico ou resíduo.

A equação de rendimentos de mincer consiste no método econométrico clássico de estimação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), o qual obtém uma reta que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos entre o valor estimado e os dados observados. Sendo assim, a equação básica de um modelo de regressão linear pode ser descrita da seguinte maneira:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + u_i \quad (2)$$

Onde  $Y$  representa a variável dependente, ou seja, aquilo que se pretende explicar, e  $X_1$

---

<sup>10</sup> A experiência geralmente é calculada pela idade menos anos de estudo menos cinco (CUNHA; MACIEL, 2013).

representa o conjunto das variáveis independentes, ou seja, aquelas que irão auxiliar a entender as variações observadas em  $Y$ . O intercepto ( $\beta_0$ ) da reta estimada, também chamado de constante, representando o valor de  $Y$  quando  $X_1$  assume valor zero, ou seja, é o valor da média esperada na ausência das variáveis independentes. O coeficiente de regressão ( $\beta_1$ ) representa a variação esperada na variável dependente  $Y$  quando ocorre o aumento de uma unidade na variável independente  $X_1$ . E, por fim, o valor  $u_i$  representa o resíduo da equação, ou seja, a diferença entre os valores observados e os valores preditos de  $Y$ .

Para que o método de estimação do MQO seja corretamente empregado, ele deve produzir o Melhor Estimador Linear Não-Viesado (MELNV)<sup>11</sup>, de modo que as seguintes propriedades sejam satisfeitas: “Melhor” significa eficiente, produzindo a menor variância; “Linear” se refere ao tipo de relação que as variáveis devem ter; e “Não-Viesado” diz respeito à distribuição amostral do estimador. (FIGUEIREDO FILHO et al., 2011). Para que o MELNV seja obtido, é necessário seguir alguns pressupostos, sumarizados por Kennedy (2009) da seguinte maneira: (1) a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes deve ser linear; (2) as variáveis foram medidas adequadamente, ou seja, admite-se que não há erro sistemático de mensuração; (3) a expectativa da média do termo de erro é igual a zero; (4) homocedasticidade, ou seja, a variância do termo de erro é constante para os diferentes valores da variável independente; (5) ausência de autocorrelação, ou seja, os termos de erros são independentes entre si; (6) a variável independente não deve ser correlacionada com o termo de erro; (7) nenhuma variável teoricamente relevante para explicar  $Y$  foi deixada de fora do modelo e nenhuma variável irrelevante para explicar  $Y$  foi incluída no modelo; (8) as variáveis independentes não apresentam alta correlação, o chamado pressuposto da não multicolinearidade; (9) assume-se que o termo de erro tem uma distribuição normal e (10) há uma adequada proporção entre o número de casos e o número de parâmetros estimados.

Sendo assim, podemos sintetizar as equações (1) e (2) do seguinte modo:

$$\ln w_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + u_i \quad (3)$$

Onde  $\ln w_i$  é o logaritmo natural do salário hora recebido pelo indivíduo,  $X_1$  é o conjunto de características do indivíduo que influenciarão no salário hora e  $X_2$  é uma variável binária que assume valor 1 caso o indivíduo for imigrante e valor 0 caso contrário. O intercepto da

---

<sup>11</sup> Do inglês Best Linear Unbiased Estimator (BLUE).

equação ( $\beta_0$ ) é o salário hora base, o coeficiente  $\beta_1$  representa o conjunto dos coeficientes relacionados às características que mensuram as alterações no salário hora de acordo com o aumento nas variáveis independentes, e o coeficiente  $\beta_2$  representa o impacto no salário observado quando o indivíduo é imigrante. Por fim, o valor  $u_i$  segue representando o resíduo da equação.

Inicialmente, para captar melhor as diferenças dentro do grupo de trabalhadores estrangeiros, optou-se por realizar regressões separadas entre as bases de imigrantes e de brasileiros. Além disso, foram realizadas distintas regressões para indivíduos ocupados no agronegócio e em outras atividades. Por fim, foram realizados dois últimos modelos utilizando a base de dados completa para verificar as disparidades entre as duas populações.

Deste modo, as equações empregadas neste trabalho para a análise empírica dos diferenciais de rendimentos relativos dos imigrantes e dos nativos são as seguintes:

$$\begin{aligned} \ln w_i = & \beta_0 + \beta_1 imigrante\_fundamental + \beta_2 imigrante\_medio + \\ & \beta_3 imigrante\_superior + \beta_4 homem + \beta_5 idade + \beta_6 idade^2 + \beta_7 nao\_branca + \\ & \beta_8 norte + \beta_9 nordeste + \beta_{10} centro\_oeste + \beta_{11} sul + \beta_{12} agro\_insumos + \\ & \beta_{13} agro\_industria + \beta_{14} agro\_servicos + \beta_{15} trab\_rural + \beta_{16} trab\_urbano\_temp + \\ & \beta_{17} trab\_rural\_temp + \beta_{18} america\_norte + \beta_{19} europa + \beta_{20} asia + \beta_{21} africa + \\ & \beta_{22} permanencia\_mais\_de\_5\_anos + u_i \end{aligned} \quad (4)$$

$$\begin{aligned} \ln w_i = & \beta_0 + \beta_1 imigrante\_fundamental + \beta_2 imigrante\_medio + \\ & \beta_3 imigrante\_superior + \beta_4 homem + \beta_5 idade + \beta_6 idade^2 + \beta_7 nao\_branca + \\ & \beta_8 norte + \beta_9 nordeste + \beta_{10} centro\_oeste + \beta_{11} sul + \beta_{12} trab\_rural + \\ & \beta_{13} trab\_urbano\_temp + \beta_{14} trab\_rural\_temp + \beta_{15} america\_norte + \beta_{16} europa + \\ & \beta_{17} asia + \beta_{18} africa + \beta_{19} permanencia\_mais\_de\_5\_anos + u_i \end{aligned} \quad (5)$$

$$\begin{aligned} \ln w_i = & \beta_0 + \beta_1 brasileiro\_fundamental + \beta_2 brasileiro\_medio + \\ & \beta_3 brasileiro\_superior + \beta_4 homem + \beta_5 idade + \beta_6 idade^2 + \beta_7 nao\_branca + \\ & \beta_8 norte + \beta_9 nordeste + \beta_{10} centro\_oeste + \beta_{11} sul + \beta_{12} agro\_insumos + \\ & \beta_{13} agro\_industria + \beta_{14} agro\_servicos + \beta_{15} trab\_rural + \beta_{16} trab\_urbano\_temp + \\ & \beta_{17} trab\_rural\_temp + \beta_{18} permanencia\_mais\_de\_5\_anos + u_i \end{aligned} \quad (6)$$

$$\begin{aligned}
\ln w_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{brasileiro\_fundamental} + \beta_2 \text{brasileiro\_medio} + \\
& \beta_3 \text{brasileiro\_superior} + \beta_4 \text{homem} + \beta_5 \text{idade} + \beta_6 \text{idade}^2 + \beta_7 \text{nao\_branca} + \\
& \beta_8 \text{norte} + \beta_9 \text{nordeste} + \beta_{10} \text{centro\_oeste} + \beta_{11} \text{sul} + \beta_{12} \text{trab\_rural} + \\
& \beta_{13} \text{trab\_urbano\_temp} + \beta_{14} \text{trab\_rural\_temp} + \beta_{15} \text{permanencia\_mais\_de\_5\_anos} + \\
& u_i
\end{aligned} \tag{7}$$

$$\begin{aligned}
\ln w_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{imigrante\_fundamental} + \beta_2 \text{imigrante\_medio} + \\
& \beta_3 \text{imigrante\_superior} + \beta_4 \text{brasileiro\_sem\_instrucao} + \beta_5 \text{brasileiro\_fundamental} + \\
& \beta_6 \text{brasileiro\_medio} + \beta_7 \text{brasileiro\_superior} + \beta_8 \text{homem} + \beta_9 \text{idade} + \beta_{10} \text{idade}^2 + \\
& \beta_{11} \text{nao\_branca} + \beta_{12} \text{norte} + \beta_{13} \text{nordeste} + \beta_{14} \text{centro\_oeste} + \beta_{15} \text{sul} + \\
& \beta_{16} \text{agro\_insumos} + \beta_{17} \text{agro\_industria} + \beta_{18} \text{agro\_servicos} + \beta_{19} \text{trab\_rural} + \\
& \beta_{20} \text{trab\_urbano\_temp} + \beta_{21} \text{trab\_rural\_temp} + \beta_{22} \text{permanencia\_mais\_de\_5\_anos} + \\
& u_i
\end{aligned} \tag{8}$$

$$\begin{aligned}
\ln w_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{imigrante\_fundamental} + \beta_2 \text{imigrante\_medio} + \\
& \beta_3 \text{imigrante\_superior} + \beta_4 \text{brasileiro\_sem\_instrucao} + \beta_5 \text{brasileiro\_fundamental} + \\
& \beta_6 \text{brasileiro\_medio} + \beta_7 \text{brasileiro\_superior} + \beta_8 \text{homem} + \beta_9 \text{idade} + \beta_{10} \text{idade}^2 + \\
& \beta_{11} \text{nao\_branca} + \beta_{12} \text{norte} + \beta_{13} \text{nordeste} + \beta_{14} \text{centro\_oeste} + \beta_{15} \text{sul} + \\
& \beta_{16} \text{trab\_rural} + \beta_{17} \text{trab\_urbano\_temp} + \beta_{18} \text{trab\_rural\_temp} + \\
& \beta_{19} \text{permanencia\_mais\_de\_5\_anos} + u_i
\end{aligned} \tag{9}$$

Das equações anteriores, a (4) e a (5) englobam apenas os indivíduos imigrantes, a (6) e a (7), apenas trabalhadores brasileiros, e as equações (8) e (9), utilizam a base total. As primeiras de cada grupo (equações 4, 6 e 8) foram elaboradas para os trabalhadores do agronegócio, enquanto as últimas (5, 7 e 9), para os trabalhadores dos demais setores econômicos.

#### 4.4 Decomposição de Oaxaca-Blinder

A decomposição salarial de Oaxaca e Blinder é uma metodologia frequentemente utilizada para estudar os rendimentos do mercado de trabalho por grupos (sexo, raça, etc.) e consiste na decomposição das diferenças médias no logaritmo dos salários baseado na regressão

de um modo contrafactual (JANN, 2008). Essa decomposição divide o diferencial salarial em dois grupos: o primeiro consiste na parte que é explicada pelas diferenças de características pessoais, tais como produtividade, educação ou experiência de trabalho. O segundo grupo contabiliza a parte que não pode ser explicada por tais características, ou seja, a parte não explicada é frequentemente usada como uma medida de discriminação (PEREIRA, 2013; SHIKIDA et al., 2022).

Dados dois grupos  $A$  e  $B$ , uma variável de resultado  $Y$  e um conjunto de preditores, de acordo com o modelo linear apresentado na equação (2), a diferença média do resultado pode ser expressa como a diferença na predição linear nas médias específicas do grupo dos regressores:

$$R = E(Y_A) - E(Y_B) = E(X_A)' \beta_A - E(X_B)' \beta_B \quad (5)$$

Onde  $E(Y)$  é o resultado esperado da variável resposta. Rearranjando a equação (5), temos:

$$R = [E(X_A) - E(X_B)]' \beta_B + E(X_B)' (\beta_A - \beta_B) + [E(X_A) - E(X_B)]' (\beta_A - \beta_B) \quad (6)$$

A qual é uma decomposição que divide o resultado em três partes: a primeira parte, corresponde à parte do diferencial que se deve a diferenças de grupo nos preditores (o “efeito de dotação”), ou seja, em um exemplo onde verifica-se as diferenças salariais entre homens e mulheres, essa parte reflete o aumento médio dos salários das mulheres se elas tivessem as mesmas características que os homens. A segunda parte mede a contribuição das diferenças nos coeficientes (incluindo diferenças no intercepto). Seguindo o mesmo exemplo anterior, este segundo termo quantifica a variação dos salários das mulheres ao aplicar os coeficientes dos homens às características das mulheres. E a terceira parte é um termo de interação que explica o fato de que diferenças em dotações e coeficientes existem simultaneamente entre os dois grupos.

Ressalta-se que a decomposição (6) é construída a partir do ponto de vista do Grupo  $B$  (grupo em desvantagem), ou seja, as diferenças de grupo nos preditores são ponderadas pelos coeficientes do Grupo  $B$  para determinar o efeito de dotação. Em outras palavras, o componente  $E$  mede a mudança esperada no resultado médio do Grupo  $B$ , caso o Grupo  $B$  tivesse os níveis preditores do Grupo  $A$  (JANN, 2008).

Jann (2008) também apresenta uma decomposição alternativa que parte do conceito de

que existem vetores de coeficientes não discriminatórios que devem ser utilizados para determinar a contribuição das diferenças nos preditores. Esses vetores podem ser representados por  $\beta^*$ . Logo, a diferença pode ser reescrita como:

$$R = [E(X_A) - E(X_B)]'\beta^* + [E(X_A)'(\beta_A - \beta^*) + E(X_B)'(\beta^* - \beta_B)] \quad (7)$$

As duas decomposições resultantes da equação (7) são:

$$Q = [E(X_A) - E(X_B)]'\beta^* \quad (8)$$

representando a parte do diferencial de resultado que é “explicado” pelas diferenças de grupo nos preditores (o “efeito de quantidade”); e

$$U = E(X_A)'(\beta_A - \beta^*) + E(X_B)'(\beta^* - \beta_B) \quad (9)$$

que corresponde é a parte “inexplicada”, a qual geralmente é atribuída à discriminação, mas é importante reconhecer que aqui também estão todos os efeitos potenciais de diferenças em variáveis não observadas (JANN, 2008).

Assumindo-se que os imigrantes internacionais compõem um grupo que se destaca positivamente dentro do mercado de trabalho formal em relação aos brasileiros, a decomposição de Oaxaca-Blinder foi empregada a fim de observar qual parcela das diferenças salariais entre brasileiros e imigrantes é explicada pelas características pessoais e profissionais dos trabalhadores, e qual parcela não pode ser explicada desta maneira, podendo ser resultante, assim, da discriminação que ocorre dentro do mercado de trabalho.

Seguindo o modelo de decomposição alternativo (7), foram utilizadas cinco regressões, sendo o logaritmo de salário/hora a variável dependente de todas elas, e cada uma utilizou as seguintes variáveis como referência para definir os dois grupos a serem comparados: imigrante, sem instrução, mulher, não branca e América Latina.

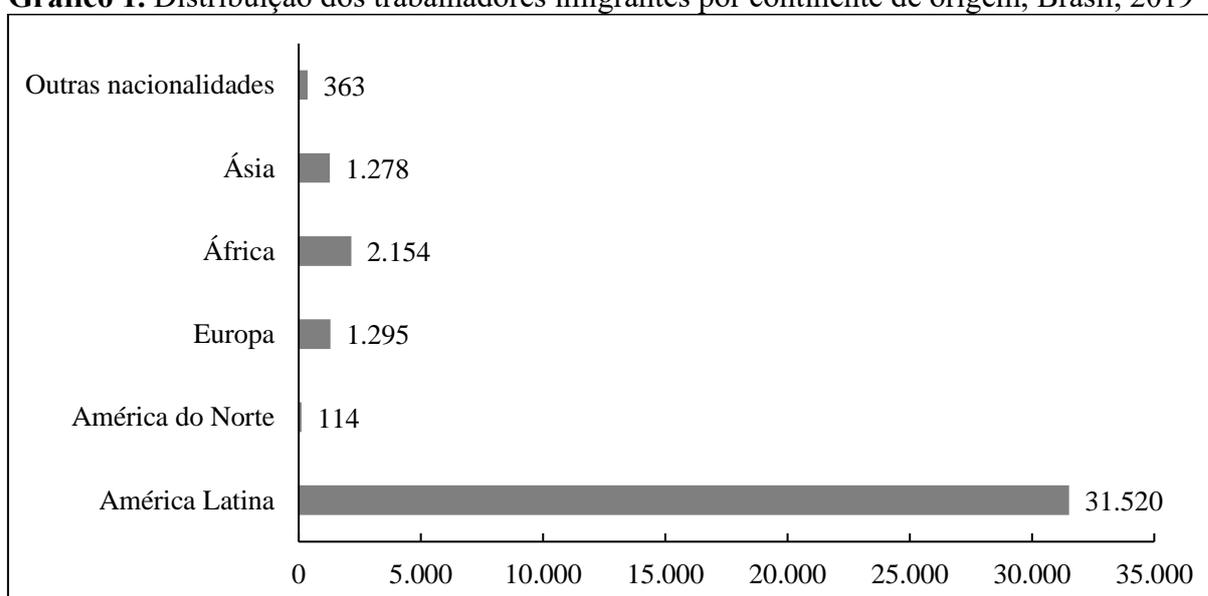
A primeira equação engloba todos os trabalhadores, tanto imigrantes quanto brasileiros, e as quatro seguintes engloba apenas os trabalhadores imigrantes. As variáveis independentes utilizadas foram as mesmas empregadas na equação de rendimentos, com a diferença de que nas quatro últimas equações, foram incluídas algumas variáveis que dizem respeito apenas à população imigrante.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Mensuração e perfil da população imigrante no mercado de trabalho formal do agronegócio: estatística descritiva

De acordo com os dados utilizados, no ano de 2019, o estoque de imigrantes internacionais dentro do mercado de trabalho do agronegócio brasileiro foi de 36.724 indivíduos. O Gráfico 1 mostra a distribuição destes trabalhadores por continente de origem, de modo que 85,8% vieram de países da América Latina seguidos por imigrantes africanos, sendo apenas 5,9% do total.

**Gráfico 1.** Distribuição dos trabalhadores imigrantes por continente de origem, Brasil, 2019



Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

Nota: A categoria “Outras nacionalidades” inclui a Oceania e os registros de migrantes não especificados por continentes.

Partindo pra análise dos segmentos que compõem o agronegócio, a grande maioria dos trabalhadores imigrantes, composta por 70,6%, estava alocada na agroindústria, seguido por 20,7% nos agrosserviços, 6,8% no segmento primário e apenas 1,8% no segmento produtor de insumos, conforme mostra a Tabela 6. Essa distribuição diverge daquela composta pelos trabalhadores brasileiros, os quais estiveram predominantemente ocupados no segmento dos agrosserviços (39,4%) e, em segundo lugar, na agroindústria (37,2%). Outra diferença verificada é em relação aos empregados no segmento primário. Dentre os trabalhadores brasileiros, quase 21% esteve ocupado nessas atividades, enquanto para os imigrantes, apenas 7%, aproximadamente, fez parte desse segmento.

**Tabela 6.** Distribuição dos trabalhadores formais no agronegócio e em seus segmentos, por indivíduos imigrantes e brasileiros, Brasil, 2019 (em %)

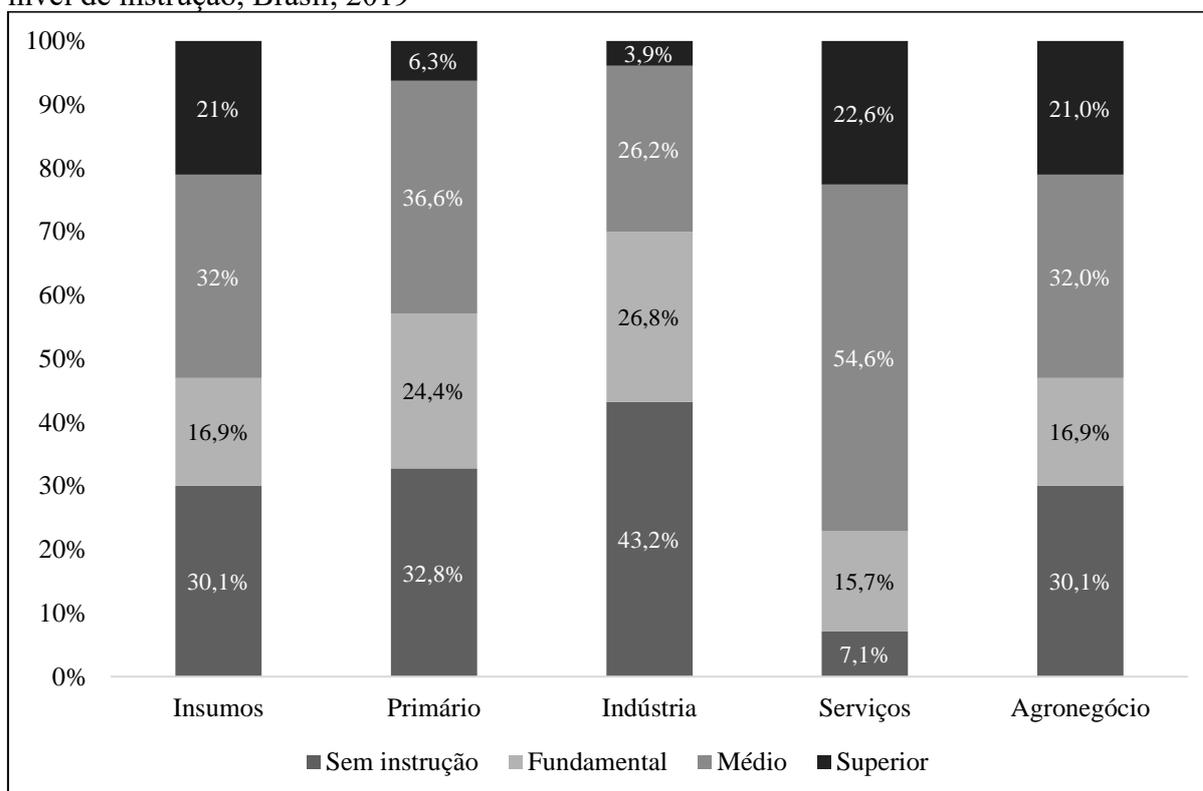
Segmento	Imigrantes			Brasileiros		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Insumos	2,3	0,6	1,8	3,2	1,3	2,6
Primário	7,6	4,9	6,8	26,1	10,2	20,9
Indústria	70,6	70,8	70,6	37,9	35,8	37,2
Serviços	19,5	23,8	20,7	32,8	52,7	39,4
Agronegócio	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

Em nível regional, dentre os imigrantes, 65,5% se encontrava empregado na região Sul, seguida pela região Sudeste, com 21,2%. Já a população brasileira encontrava-se, em sua maioria, empregada na região Sudeste (47,2%), seguida pela região Sul (21,4%). Apenas 4,3% dos trabalhadores estrangeiros estavam ocupados nas regiões Norte e Nordeste.

Quando investigamos a distribuição por gênero, é possível perceber que existiam mais homens imigrantes empregados nos segmentos primário e produtor de insumos, e mais mulheres empregadas na indústria e nos serviços. A situação dos brasileiros é semelhante, apenas com maior quantidade de mulheres empregada nos agrosserviços.

**Gráfico 2.** Distribuição dos trabalhadores imigrantes no agronegócio e em seus segmentos por nível de instrução, Brasil, 2019



Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

Nota: Para o nível “sem instrução” considerou-se indivíduos sem nenhuma instrução e com fundamental incompleto ou equivalente; para o “nível fundamental”, aqueles com fundamental completo ou equivalente e com médio incompleto ou equivalente; para o nível “médio”, pessoas com ensino médio completo ou equivalente e com superior incompleto; e para o nível “superior”, indivíduos com superior completo.

No que se refere ao nível de instrução<sup>12</sup>, chama a atenção a quantidade de trabalhadores imigrantes que não possuem instrução (30,1%) atuando no agronegócio, conforme mostra o Gráfico 2. Quando tratamos apenas dos brasileiros, essa parcela cai para 19,4%. Por outro lado, também se destaca a parcela de imigrantes que possui nível superior completo, com 21% do total de estrangeiros. Nesse caso, ao comparar com os trabalhadores brasileiros, essa taxa cai para 10,2% dentro do agronegócio.

Dentre os segmentos, aqueles que empregam as maiores parcelas de estrangeiros sem instrução são a indústria e as atividades primárias. Por outro lado, aqueles com nível superior exibem uma presença mais expressiva entre o total de ocupados nos segmentos produtor de insumos (21%) e dos agrosserviços (22,6%).

Partindo para a análise das remunerações, a Tabela 7 apresenta um panorama dos salários médios auferidos pelos trabalhadores imigrantes e brasileiros por segmentos do agronegócio, por nível regional, por escolaridade, por cor e por continente de origem dos

<sup>12</sup> Segundo o IBGE, nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados (IBGE, 2020).

imigrantes, permitindo evidenciar com maior clareza as diferenças entre as duas populações.

**Tabela 7.** Remuneração média dos imigrantes e brasileiros por segmento do agronegócio, região, nível de instrução, cor e continente de origem, Brasil, 2019 (em R\$)

Perfil	Imigrantes	Brasileiros	Comparação*
<b>Segmento</b>			
Insumos	5.507,77	3.742,77	47,2%
Primário	2.103,68	1.893,40	11,1%
Indústria	2.098,59	2.324,72	-9,7%
Serviços	4.369,96	2.530,53	72,7%
Agronegócio	2.631,47	2.352,17	11,9%
<b>Região</b>			
Norte	1.608,27	1.901,06	-15,4%
Nordeste**	2.663,22	1.777,86	49,8%
Centro-Oeste	1.843,35	2.392,80	-23,0%
Sudeste	5.397,97	2.576,66	109,5%
Sul	1.863,43	2.348,25	-20,6%
<b>Nível de instrução</b>			
Sem instrução	1.715,23	1.768,61	-3,0%
Fundamental	1.644,68	1.831,48	-10,2%
Médio	1.890,39	2.079,89	-9,1%
Superior	12.353,62	5.804,43	112,8%
<b>Cor</b>			
Indígena	3.005,96	2.083,22	44,3%
Branca	4.851,90	2.663,59	82,2%
Preta	1.704,17	1.948,33	-12,5%
Amarela	7.659,24	3.109,69	146,3%
Parda	2.201,55	1.980,32	11,2%
<b>Continente de origem</b>			
América Latina	2.088,06	-	-
América do Norte	15.616,03	-	-
Europa	11.445,81	-	-
África	2.091,13	-	-
Ásia	5.258,18	-	-
Outras nacionalidades***	8.252,95	-	-

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

(\*) Imigrantes como referência.

(\*\*) Para a remuneração média dos trabalhadores imigrantes da região Nordeste, desconsiderou-se o estado do Piauí, o qual apresentou remuneração média mensal de R\$ 8.409,75 e possui apenas seis observações. Considerando o estado, a média salarial da região se eleva para R\$ 4.215,83.

(\*\*\*) A categoria “Outras nacionalidades” inclui a Oceania e os registros de migrantes não especificados por continentes.

Verifica-se que os imigrantes melhor remunerados são os que estiveram ocupados no

segmento produtor de insumos. Para os brasileiros, essa afirmação também é válida, contudo, os trabalhadores estrangeiros recebem em torno de 47,2% a mais que os brasileiros dentro desse segmento. Já os imigrantes que auferiram a menor média salarial foram aqueles empregados no segmento da indústria, diferentemente dos brasileiros, os quais são piores remunerados dentro das atividades primárias. Destaca-se também que os imigrantes que atuavam nas atividades primárias auferiram salários 11,1% superiores que os trabalhadores nativos. No geral, os trabalhadores estrangeiros dentro do agronegócio receberam 11,9% a mais que os brasileiros e a maior diferença verificada foi dentro do segmento de serviços, com uma renda 72,7% superior para o primeiro grupo.

Em nível regional, se evidencia a região Sudeste como a que melhor remunerou os trabalhadores, tanto imigrantes quanto brasileiros. Os estrangeiros receberam, em média, maiores salários que os brasileiros nas regiões Nordeste e Sudeste, auferindo aproximadamente 49,8% e 109,5% a mais, respectivamente. Por outro lado, trabalhadores estrangeiros são pior remunerados na região Norte, enquanto os brasileiros, na região Nordeste.

Em relação ao nível de instrução, a Tabela 7 destaca que, na maioria dos casos, as remunerações médias vão crescendo conforme avança a escolaridade dos trabalhadores. Entre os níveis sem instrução e médio, os imigrantes ganham menores salários que os brasileiros, entretanto, chama a atenção a diferença salarial entre os trabalhadores com nível superior. Nessa categoria, os estrangeiros auferiram aproximadamente 112,8% a mais que os brasileiros, atingindo uma média salarial de R\$ 12.353,62.

No que diz respeito à cor dos trabalhadores, os autodeclarados amarelos auferiram as maiores médias salariais, sendo estrangeiro ou nativo. Ainda assim, se faz notar a diferença salarial entre esses dois grupos, sendo que os imigrantes amarelos receberam salários 146,3% superiores aos dos brasileiros. A população preta, seguida pela parda, foram as piores remuneradas para os dois grupos de trabalhadores. Destaca-se ainda que os pretos estrangeiros receberam 12,5% a menos que os brasileiros. Por fim, imigrantes autodeclarados brancos e indígenas obtiveram média salarial 82,2% e 44,3% maiores que os nativos, respectivamente.

A distribuição salarial muito se relaciona com o continente de origem dos trabalhadores estrangeiros. Aqueles que vieram da América do Norte e da Europa receberam os maiores salários no ano analisado. Em contrapartida, imigrantes africanos apresentaram a menor média salarial, sendo de R\$ 2.091,13.

Ao analisar cada segmento de modo desagregado, é possível verificar que dentro do produtor de insumos as atividades que mais empregaram trabalhadores imigrantes foram a fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária (49%) e a fabricação de

alimentos para animais (29,8%), conforme mostra a Tabela 8. Nas atividades primárias, aquelas com maior quantidade de imigrantes foram as relacionadas a agricultura e pecuária (93%), com destaque para a criação de bovinos para corte (15,3%) e para o cultivo de soja (10,6%). No segmento da agroindústria, 85,2% dos imigrantes estiveram alocados na produção de produtos alimentícios, evidenciando a parcela de trabalhadores ocupados no abate de aves (38,8%) e no abate de suínos (28,3%). Por fim, dentre as atividades que compõem o segmento dos agrosserviços, a maioria dos estrangeiros esteve ocupada no comércio, tanto atacado quanto varejista, com 40,3% dos trabalhadores, seguido pelas atividades de alimentação, as quais alocaram 16,7% dos trabalhadores.

**Tabela 8.** Remuneração mediana (em R\$), desvio em relação à mediana do segmento (em R\$) e participação (em %) dos imigrantes por atividades dentro de cada segmento do agronegócio, Brasil, 2019

Atividades	Participação	Remuneração	Desvio
<b>Insumos</b>			
Alimentos para animais	29,8	1.846,15	-223,18
Produtos químicos	17,8	2.318,73	249,40
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	3,4	12.555,75	10.486,42
Máquinas e equipamentos agrícolas	49,0	2.116,36	47,03
<b>Primário</b>			
Agricultura e pecuária	93,0	1.557,66	-16,51
Produção florestal	5,1	1.691,05	116,88
Pesca e aquicultura	1,9	1.952,61	378,44
<b>Indústria</b>			
Produtos alimentícios	85,2	1.641,14	4,64
Bebidas	1,0	1.850,60	214,10
Produtos do fumo	0,08	18.671,99	17.035,49
Produtos têxteis	0,8	1.700,89	64,39
Artigos de vestuário e acessórios	3,8	1.507,98	-128,52
Artigos de couro	1,8	1.549,72	-86,78
Produtos de madeira	5,1	1.589,88	-46,62
Celulose e papel	1,9	1.874,02	237,52
Biocombustíveis	0,3	1.110,11	-526,39
<b>Serviços</b>			
Comércio	40,3	1.589,24	-73,78
Transporte	7,4	1.880,65	217,63
Correios	0,1	1.529,84	-133,18
Alojamento	4,7	1.743,46	80,44
Alimentação	16,7	1.530,14	-132,88

Edição	0,3	2.108,92	445,90
Cinema, rádio e TV	0,4	3.021,05	1.358,03
Telecomunicações	1,0	6.820,19	5.157,17
Tecnologia da informação	4,4	5.100,00	3.436,98
Financeiro e seguros	2,9	6.723,65	5.060,63
Imobiliário	0,6	1.658,65	-4,37
Contabilidade, auditoria e consultoria	2,1	4.364,72	2.701,70
Arquitetura e engenharia	1,8	2.656,37	993,35
Pesquisa e desenvolvimento científico e de mercado	1,7	5.159,78	3.496,76
Veterinário	0,05	1.472,06	-190,96
Aluguéis não imobiliários	2,7	1.670,19	7,17
Viagens e turismo	0,7	3.064,12	1.401,10
Vigilância e segurança	0,4	1.379,23	-283,79
Paisagismo	6,1	1.412,14	-250,88
Prestação de serviços às empresas	5,3	1.805,98	142,96
Administração pública e seguridade social	0,5	8.726,55	7.063,53

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

Em relação às remunerações por atividades desagregadas dentro de cada segmento, optou-se por evidenciar a mediana ao invés da média, a fim de evitar que valores *outliers*<sup>13</sup> causassem uma distorção nos salários recebidos pelas categorias, assegurando, assim, que ao menos 50% da população verificada recebe salários próximos do valor apresentado. Conforme mostra a Tabela 8, chama a atenção a elevada faixa salarial recebida pelos ocupados nas atividades de fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, produtos do fumo, telecomunicações, tecnologia da informação e serviços financeiros e de seguros, conforme destacado na Tabela 8. Dentro dessas atividades, verifica-se também uma baixa concentração de trabalhadores imigrantes. Por outro lado, nas atividades com maior concentração de estrangeiros (produção de alimentos para animais, produção de máquinas e equipamentos agrícolas, agricultura e pecuária, fabricação de produtos alimentícios, comércio e alimentação), observa-se que a remuneração fica muito próxima ou abaixo da mediana auferida para cada segmento como um todo.

A fim de verificar outras nuances que podem explicar melhor as diferenças salariais entre as duas populações, foram calculadas as médias salariais por faixas de idade, como mostra

<sup>13</sup> Em estatística, chama-se de *outlier* uma observação que apresenta uma grande diferença das demais observações da série, ou que é inconsistente. A existência de *outliers* geralmente implica em prejuízos à interpretação dos resultados dos testes estatísticos aplicados às amostras. Em outras palavras, um *outlier* é um valor que foge da normalidade e que pode causar anomalias nos resultados obtidos (HOPPEN; PRATES, 2017).

a tabela a seguir.

**Tabela 9.** Remuneração média dos imigrantes e brasileiros ocupados no agronegócio por faixas de idade, Brasil, 2019 (em R\$)

Faixa de idade	Imigrantes	%	Brasileiros	%	Comparação*
18 a 24 anos	1.571,13	12,2	1.560,06	15,8	0,7%
25 a 29 anos	1.848,12	22,4	2.027,31	15,6	-8,8%
30 a 39 anos	2.387,33	41,3	2.537,98	31,3	-5,9%
40 a 49 anos	3.619,19	17,2	2.661,55	22,2	36%
50 a 64 anos	6.141,61	6,3	2.666,86	14,3	130,3%
65 a 70 anos	4.768,62	0,6	2.843,99	0,8	67,7%

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

(\*) Imigrantes como referência.

A Tabela 9 confirma que, de acordo com o esperado, as remunerações médias aumentam à medida que a faixa de idade avança. Conforme citado na sessão anterior, essa pesquisa compreendeu apenas indivíduos com idade entre 18 e 70 anos, e verifica-se que, tanto para imigrantes quanto para brasileiros, a maioria dos trabalhadores se encontra na faixa etária de 30 a 39 anos. Aproximadamente 64% dos imigrantes têm idade entre 25 e 39 anos, enquanto 53% dos brasileiros têm idade entre 30 e 49 anos. Quando comparadas as remunerações das duas populações, destaca-se os maiores ganhos dos imigrantes a partir dos 40 anos, enquanto os mais jovens, entre 25 e 29 anos, recebem, em média, 9% a menos que os brasileiros.

## 5.2 Análise dos rendimentos: equação minceriana e decomposição de Oaxaca-Blinder

Nesta seção, a avaliação comparativa dos rendimentos entre migrantes e não migrantes é realizada a partir da análise de regressão baseada na equação de rendimentos de Mincer. A Tabela 10 apresenta as estimativas para quatro modelos distintos, nos quais o logaritmo do rendimento por hora de trabalho é a variável dependente. Os modelos (1) e (2) foram calculados utilizando a base de dados que contempla apenas os trabalhadores imigrantes, e os modelos (3) e (4), a base de dados composta apenas pelos trabalhadores brasileiros. Além disso, destaca-se que os modelos (1) e (3) apresentam os resultados para o setor do agronegócio e os modelos (2) e (4) para as demais atividades econômicas.

Tendo em vista que a escolaridade aparenta ser o fator de maior distinção entre os trabalhadores estrangeiros e brasileiros que compõem o agronegócio do país, optou-se pela formulação destas quatro regressões, em um primeiro momento, a fim de melhor observar as diferenças entre trabalhadores com diferentes níveis de instrução em conjunto com as demais características para o agronegócio e para os demais setores econômicos.

**Tabela 10.** Logaritmo da renda<sup>β</sup> para os trabalhadores do agronegócio, Brasil, 2019

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)
	Imigrantes agronegócio	Imigrantes outros setores	Brasileiros agronegócio	Brasileiros outros setores
Ensino fundamental	-0,0554*** (0,006)	0,0205** (0,010)	0,0555*** (0,001)	0,0865*** (0,001)
Ensino médio	-0,0342*** (0,006)	0,1024*** (0,009)	0,1813*** (0,001)	0,3013*** (0,001)
Ensino superior	1,0021*** (0,010)	1,2946*** (0,010)	0,9705*** (0,001)	1,1217*** (0,001)
Homem	0,1275*** (0,005)	0,2185*** (0,005)	0,2424*** (0,000)	0,2804*** (0,000)
Idade	0,0126*** (0,001)	0,0344*** (0,001)	0,0306*** (0,000)	0,0359*** (0,000)
Idade ao quadrado	-0,0001*** (0,000)	-0,0003*** (0,000)	-0,0003*** (0,000)	-0,0003*** (0,000)
Não branca	-0,0778*** (0,005)	-0,1290*** (0,006)	-0,0619*** (0,000)	-0,0649*** (0,000)
Norte	-0,3454*** (0,013)	-0,3152*** (0,010)	-0,1250*** (0,001)	-0,1039*** (0,001)
Nordeste	-0,1968*** (0,020)	-0,3043*** (0,013)	-0,2460*** (0,001)	-0,2551*** (0,001)
Centro-Oeste	-0,2093*** (0,009)	-0,2421*** (0,010)	0,0524*** (0,001)	-0,0857*** (0,001)
Sul	-0,1008*** (0,006)	-0,1626*** (0,006)	0,0027*** (0,000)	-0,0092*** (0,001)
Insumos	0,2204*** (0,020)	-	0,2415*** (0,001)	-
Indústria	0,0052 (0,013)	-	0,0640*** (0,001)	-
Serviços	0,0120 (0,014)	-	0,0737*** (0,001)	-
Trabalhador rural	-0,0894*** (0,017)	-0,2129* (0,110)	-0,0599*** (0,001)	-0,1563*** (0,006)
Trabalhador urbano temporário	-0,0403*** (0,005)	-0,0367*** (0,006)	0,0027*** (0,001)	0,0239*** (0,001)
Trabalhador rural temporário	-0,0868** (0,034)	0,0820 (0,137)	0,0483*** (0,001)	-0,1970*** (0,011)
América do Norte	0,5744*** (0,038)	0,6163*** (0,019)	-	-

Europa	0,5076*** (0,013)	0,3519*** (0,009)	-	-
Ásia	0,1711*** (0,012)	0,2392*** (0,010)	-	-
África	0,0042 (0,009)	-0,0964*** (0,010)	-	-
Permanência mais de 5 anos	0,2426*** (0,007)	0,3322*** (0,007)	0,2672*** (0,000)	0,3094*** (0,000)
Constante	2,0362***	1,4783***	1,3311***	1,2142***
Nº de observações	36.724	86.042	5.905.732	10.368.848
Prob. > F	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
R <sup>2</sup> ajustado	0,5004	0,5379	0,4084	0,3897

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

$\beta$  Salário/hora.

Erros-padrão apresentados entre parênteses.

\*\*\* p<0,01, \*\* p<0,05, \* p<0,1.

Ao analisar as variáveis de escolaridade nas regressões, encontramos alguns resultados já esperados e outros que remetem a uma possível discriminação ou dificuldade de inserção no mercado de trabalho para os imigrantes internacionais. Observando os resultados para os grupos de brasileiros e imigrantes ocupados em atividades externas ao agronegócio e para brasileiros ocupados no agronegócio, as remunerações auferidas por estes trabalhadores tende a aumentar conforme o grau de escolaridade também aumenta. Tendo em vista que nos modelos a referência utilizada foi a classe sem instrução, todas os demais níveis de instrução para estes trabalhadores recebem salários superiores, podendo chegar a uma diferença de 129% positiva para aqueles com nível superior em relação aos que não possuem escolaridade quando se trata de imigrantes ocupados nos demais setores econômicos.

De outra maneira, quando examinados os imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal do agronegócio, percebe-se que os níveis fundamental e médio apresentaram resultados negativos de 5,5% e 3,4%, respectivamente, em relação ao nível sem instrução. Apenas trabalhadores com nível de escolaridade superior recebem salários maiores, sendo estes 100% superiores àqueles recebidos pelos indivíduos sem instrução.

Essa divergência negativa não é esperada quando se trata de nível de escolaridade, porém, pode ser explicada pela quantidade de trabalhadores imigrantes ocupados em atividades que remuneram mal seus trabalhadores. Aproximadamente 55,4% dos imigrantes que possuem nível fundamental e 23,1% dos imigrantes com nível médio estiveram empregados nas atividades de abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Essas atividades, por sua vez,

fazem parte da agroindústria e apresentam média salarial de R\$ 1.693,96, menor ainda que a média salarial do próprio segmento, que é de R\$ 2.098,59, conforme apresentado na sessão anterior. Estas mesmas atividades empregam 74,1% do total de imigrantes sem escolaridade, o que contribui para a possível justificativa apresentada.

Quando analisados os segmentos do agronegócio de maneira separada, constata-se que, tendo as atividades primárias como referência, os trabalhadores de todos os demais segmentos auferem salários superiores ao primário. Essas diferenças são superiores para os brasileiros, tendo em vista que empregados na produção de insumos, na agroindústria e nos agrosserviços ganham 24,1%, 6,4% e 7,3%, respectivamente, a mais que os trabalhadores primários, enquanto para os imigrantes essas diferenças são de 22%, 0,5% e 1,2%, respectivamente.

A partir das regressões apresentadas na Tabela 10, é possível verificar também que alguns padrões são seguidos para os quatro modelos. Os homens, independentemente se imigrantes ou brasileiros, ou do agronegócio ou não, sempre auferem salários superiores, ganhando, em média, 24% a mais que as mulheres. Esse percentual é relativamente menor quando observados apenas os trabalhadores imigrantes ocupados dentro do agronegócio, onde os homens auferem aproximadamente 12% a mais que as mulheres.

O padrão de remunerações por raça/cor também segue a mesma direção nos quatro cenários apresentados. Trabalhadores que se autodeclararam não brancos recebem menos que os trabalhadores declarados brancos, com 6,8% de diferença, em média. Distancia-se desse valor a diferença salarial verificada para trabalhadores imigrantes que atuam nos setores econômicos externos ao agronegócio, onde os não brancos chegam a receber 12,9% a menos que os brancos, quase o dobro do percentual citado anteriormente.

Em relação a região do país onde o trabalhador reside, também é possível perceber um cenário comum. Os modelos utilizaram como referência a região Sudeste e, nos quatro resultados apresentados na Tabela 10, os trabalhadores da região Norte auferem salários menores, com a diferença chegando até 34,5%, que é o caso dos imigrantes ocupados no agronegócio. Para a região Nordeste, os resultados são similares. Já nas regiões Centro-Oeste e Sul, ganham mais que os trabalhadores da região Sudeste apenas os brasileiros empregados nas atividades do agronegócio, dados que eventualmente podem ser explicados pelo peso e importância que esse setor tem na geração de empregos destas duas regiões. Cabe apontar também que, nestas duas regiões, as diferenças salariais entre imigrantes são menores dentro do agronegócio do que nos demais setores econômicos (20,9% e 10% contra 24,2% e 16,2%, respectivamente).

No que diz respeito ao modelo de trabalho, trabalhadores rurais auferem menores

salários que os trabalhadores urbanos (tidos como referência nos modelos). Essa diferença é mais acentuada entre os trabalhadores ocupados nos setores externos ao agronegócio – 21,2% e 15,6% para imigrantes e brasileiros externos ao agronegócio, em contrapartida a 8,9% e 5,9% para imigrantes e brasileiros ocupados no agronegócio, respectivamente –, o que é um resultado esperado, tendo em vista que dentro do agronegócio diversas atividades são realizadas na área rural, podendo gerar, assim, maiores postos de trabalho dentro dessa região. Trabalhadores brasileiros ocupados na área urbana e com contrato de trabalho temporário demonstraram receber mais que os trabalhadores contratados por tempo indeterminado. Essa posição, entretanto, mostrou resultados opostos para os estrangeiros, de modo que aqueles ocupados na área urbana em regime temporário auferiram menores remunerações que aqueles contratados por tempo indeterminado.

Além disso, o tempo de permanência no emprego demonstrou efeito médio positivo sobre a remuneração final tanto dos nativos quanto dos imigrantes, de modo que aqueles trabalhadores que estão há cinco anos ou mais na mesma empresa, auferiram, em média, 28,7% a mais que os empregados há menos de cinco anos.

Por fim, para os modelos (1) e (2), nota-se que o continente de origem dos trabalhadores imigrantes também interfere nas suas remunerações. Tendo como referência os estrangeiros originários da América-Latina, constata-se que, para os empregados no agronegócio, os originários de todos os demais continentes recebem melhores remunerações, podendo essa diferença chegar em 57,4% quando comparados com imigrantes originários da América do Norte e em 50,7% quando comparados com aqueles vindos da Europa.

Através da decomposição de Oaxaca e Blinder, foi possível mensurar se as diferenças salariais verificadas entre os trabalhadores imigrantes e brasileiros podem ser consideradas explicadas ou não. Como mencionado anteriormente, as diferenças não explicadas podem, na maioria dos casos, serem consideradas, dentre outros aspectos, como consequência de discriminações sofridas pelos imigrantes dentro do mercado de trabalho, e a parte explicada refere-se ao diferencial de atribuição das características dos trabalhadores.

A Tabela 11 apresenta os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder em relação ao diferencial de rendimentos médio dos ocupados através do logaritmo natural entre os trabalhadores brasileiros e imigrantes. O diferencial de rendimento entre nativos e imigrantes foi de 0,051, de modo que aproximadamente 135% estaria correspondente às diferenças explicadas, ou seja, de habilidades e características mensuráveis que os trabalhadores possuem. Logo, -35% da diferença observada seria considerada não explicada, podendo ser resultado da discriminação sofrida pelos imigrantes ao adentrar no mercado de trabalho formal brasileiro.

Vale ressaltar que, mesmo que os imigrantes recebam salários superiores em algumas categorias, como visto nas sessões anteriores, esse resultado pode ter sido influenciado pela quantidade de indivíduos brasileiros significativamente superior a quantidade de estrangeiros. Além disso, como já mencionado, outras características, como, por exemplo, a escolaridade, podem contribuir para o desempenho salarial dos trabalhadores.

**Tabela 11.** Decomposição de Oaxaca-Blinder<sup>β</sup> para a diferença salarial entre brasileiros e imigrantes, Brasil, 2019 (em escala logarítmica)

Variáveis	Brasileiros vs. Imigrantes
Diferencial de rendimentos	0,051*** (100%)
<b>Decomposição</b>	
Diferença de habilidade (explicado)	0,069*** (135%)
Termo de discriminação (não explicado)	-0,018*** (-35%)

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

\*\*\* p<0,01

Grupo em vantagem: brasileiros.

β Em logaritmo natural.

A Tabela 12 mostra o diferencial entre os trabalhadores imigrantes apenas, através de recortes de escolaridade, gênero, raça e nacionalidade. Os diferenciais observados foram 0,153, 0,125 e 0,364 e 0,526, respectivamente, para esses quatro grupos. Destaca-se a porcentagem não explicada dos diferenciais entre homens e mulheres imigrantes, sendo 112% atribuído a outros fatores, incluindo a discriminação. Para o recorte de escolaridade, verificou-se que 89% consta como diferenças explicadas, ou seja, diferenças de características adquiridas pelos próprios trabalhadores, o que faz sentido por se tratar de variáveis de grau de instrução. Para os recortes de raça e nacionalidade, observou-se um percentual não explicado de 29% e 33%, respectivamente.

Deste modo, com exceção da análise por gênero, as demais três categorias em desvantagem (sem instrução, não brancos e latinos) estariam auferindo remunerações inferiores dentro do mercado de trabalho formal do agronegócio devido a características próprias, como, por exemplo, escolaridade, experiência, local de trabalho e permanência no emprego. Sem excluir, evidentemente, que para estas categorias ainda existe um percentual, mesmo que baixo, de discriminação que também pode afetar as remunerações finais recebidas por cada grupo.

Por fim, o recorte de gênero permite reforçar que as diferenças salariais observadas entre homens e mulheres imigrantes são fruto de possíveis preconceitos e discriminações de gênero que as mulheres ainda enfrentam no mercado de trabalho.

**Tabela 12.** Decomposição de Oaxaca-Blinder<sup>β</sup> para a diferença salarial dos imigrantes por gênero, cor e origem, Brasil, 2019 (em escala logarítmica)

Variáveis	Com instrução vs. Sem instrução	Homens vs. Mulheres	Branços vs. Não brancos	Não latinos vs. Latinos
Diferencial de rendimentos	0,153*** (100%)	0,125*** (100%)	0,364*** (100%)	0,526*** (100%)
<b>Decomposição</b>				
Diferença de habilidade (explicado)	0,136*** (89%)	-0,015*** (-12%)	0,259*** (71%)	0,349*** (67%)
Termo de discriminação (não explicado)	0,016*** (11%)	0,140*** (112%)	0,105 (29%)	0,176*** (33%)

Fonte: elaboração própria com os dados da RAIS (BRASIL, 2020).

\*\*\* p<0,01

Grupos em vantagem: homens, brancos e não latinos.

β Em logaritmo natural.

Fazendo a conversão dos resultados apresentados na Tabela 12 da escala logarítmica para a escala normal, verifica-se que os imigrantes com algum nível de instrução completo, os imigrantes homens, os imigrantes brancos e os imigrantes não latinos ganham, em média, salários 16,5%, 13,4%, 44% e 69,2%, respectivamente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da mão-de-obra imigrante e, na maioria dos casos, qualificada, dentro do setor do agronegócio, comumente verificada em países europeus e norte-americanos, também tem se intensificado no Brasil nos últimos anos. Seja pela diminuição da oferta de trabalhadores locais ou pela alta demanda de trabalho de um dos setores que mais exportam no país, a migração internacional cada vez mais terá papel fundamental dentro do cenário econômico local (DEMÉTRIO, 2020). Tendo isso em vista, torna-se imprescindível estudos que busquem analisar de maneira mais minuciosa quais as vertentes, impactos e consequências que a inserção dessa mão-de-obra vem acarretando.

Essa pesquisa buscou contribuir para o tema a partir da análise dos dados da RAIS para o ano de 2019, tendo como população estudada os trabalhadores estrangeiros e brasileiros empregados no setor formal do agronegócio do país. Verificou-se que o estoque da população imigrante para o ano estudado contou com aproximadamente 37 mil indivíduos, dos quais 85% migraram de países da América Latina.

Conforme aponta Demétrio (2020) em estudo realizado para ano de 2017, destaca-se a crescente quantidade de imigrantes internacionais ocupados em frigoríficos, especialmente na região Sul do país, que desempenham atividades manuais e que não requerem altas qualificações. Essa característica permanece em evidência nesta pesquisa, de modo que foi possível corroborar que o segmento que mais empregou estes trabalhadores foi o da agroindústria, com destaque para as atividades de abate de aves e de suínos. Ademais, a maior parte destes trabalhadores estava empregada na região Sul do país.

Em relação ao nível de instrução, a maioria dos trabalhadores estrangeiros não possuía qualificação ou tinha o nível fundamental incompleto. Os segmentos que contaram com as maiores parcelas de trabalhadores sem instrução foram o primário e a indústria. Por outro lado, os segmentos dos agrosserviços e produtor de insumos demonstraram uma parcela de aproximadamente 22% de trabalhadores com nível superior.

A análise das remunerações evidencia que, com exceção do segmento da indústria, os trabalhadores estrangeiros foram melhor remunerados do que os brasileiros que estiveram ocupados nas mesmas atividades dentro do agronegócio. Dentre as regiões, apresentaram média salarial maior que os nativos apenas os imigrantes ocupados no Sudeste e no Nordeste. Quanto à qualificação, os trabalhadores estrangeiros com nível superior foram os únicos que receberam maiores salários que os brasileiros de mesma qualificação.

Evidenciou-se também que a origem e a cor dos imigrantes possuem grande influência na remuneração média recebida por estes trabalhadores. Trabalhadores que emigraram da América do Norte e da Europa apresentaram remunerações, em média, 300% superiores às aquelas auferidas por imigrantes de outras nacionalidades. Além disso, as maiores médias salariais verificadas foram a dos ocupados que se autodeclararam brancos e amarelos, de modo que estes dois grupos também auferiram, em média, 270% a mais que os imigrantes de outras raças e 114% a mais que os brasileiros de mesma declaração racial.

A análise de regressão empregada na pesquisa contribuiu para a verificação de nuances mais específicas dentro de cada grupo de trabalhadores. Observou-se que, em relação ao nível de escolaridade, aparentemente os imigrantes que não possuem instrução e aqueles que possuem até o nível médio concluído, não apresentam diferenças significativas de remuneração e encontram-se empregados em atividades semelhantes, que não exigem, em sua maioria, um grau de formação superior ou uma maior especialização. Já para os brasileiros, essas diferenças são mais nítidas e refletem num salário que cresce conforme o grau de instrução avança.

No geral, estimou-se também que as categorias de trabalhadores homens, trabalhadores brancos, empregados na região Sudeste, indivíduos com ensino superior e aqueles que possuem mais tempo empregados na mesma empresa possuem maiores médias salariais que o restante dos trabalhadores, tanto para imigrantes quanto para brasileiros.

Por fim, a decomposição das diferenças salariais pelo método de Oaxaca-Blinder permitiu averiguar possíveis causas dessas incompatibilidades. Em relação aos trabalhadores imigrantes e brasileiros, ficou evidente que, apesar de algumas categorias de estrangeiros ganharem salários mais altos, estes poderiam ser ainda maiores se o nível dos termos explicados dos imigrantes fossem ajustados aos mesmos níveis dos brasileiros.

Já na avaliação do grupo composto apenas por imigrantes, foram evidenciadas significativas diferenças salariais entre homens e mulheres atreladas a parte não explicada da mensuração. Ou seja, estas divergências podem estar relacionadas à discriminação presente dentro do mercado de trabalho.

Já para os grupos com e sem instrução, brancos e não brancos e não latinos e latinos, as diferenças salariais, sempre positivas para as primeiras categorias, foram consideradas majoritariamente explicadas, ou seja, que podem estar relacionadas às características adquiridas pelos próprios indivíduos, como grau de escolaridade, experiência no mercado de trabalho e local de moradia/trabalho.

Além das características aqui apresentadas, é importante ressaltar que diversos outros fatores não analisados também podem contribuir para a desigualdade salarial que os imigrantes

enfrentam ao ingressarem no mercado de trabalho do Brasil, como, por exemplo, os anos de experiência e a informalidade. Ressalta-se também que o tema aqui abordado tem muito a ganhar com uma análise que considere os diferentes cargos e situações de moradia dos estrangeiros que migram para o Brasil para atuar no setor do agronegócio.

Examinar a composição e as dissemelhanças da mão-de-obra atuante no setor permite um melhor mapeamento do cenário atual e, além de visar incrementar a literatura que aborda o tema, os resultados aqui expressos contribuem para ressaltar a importância do funcionamento adequado das leis e diretrizes que auxiliam no ingresso dessa população e que a permitem fazer parte do mercado de trabalho local. Além disso, as considerações aqui expostas lançam luz sobre quais grupos de trabalhadores são mais vulneráveis dentro do agronegócio e quais classes de imigrantes ainda permanecem em desvantagem quando comparados com brasileiros que exercem as mesmas funções.

Tais perfis podem ser melhor assistidos pela criação de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho e de salário, assegurando, assim, maior igualdade dentro do mercado de trabalho. Ademais, tendo em vista a contribuição do agronegócio para a economia nacional, esta pesquisa também pode contribuir para o desenvolvimento de programas que abranjam os trabalhadores deste segmento e, desta maneira, permitam que estes se movam dentro da cadeia produtiva, alcancem novos mercados e continuem contribuindo para o avanço do setor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Migrações, refúgio e apatridia: guia para comunicadores**. Brasília: ACNUR; IMDH; MigraMundo; FICAS, 2019.

AGRO EM DIA. **Brasil quer atrair mão de obra estrangeira**. 28 maio, 2018. Disponível em: <<https://agroemdia.com.br/2018/05/22/brasil-quer-atrair-mao-de-obra-estrangeira/>>. Acesso em 20 out. 2021.

ASSIS, R.S. de; COSTA, E.M.; SILVA, J.L.M. da. Impacto da migração e não naturais e de migrantes de retorno sobre a distribuição de renda dos estados da Bahia e de São Paulo: um olhar sobre a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho local. *In*: XL Encontro Nacional de Economia, 2012. Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ANPEC, 2012. Disponível em: <<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2012>>. Acesso em 15 jan. 2021.

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BAENINGER, R. **La migración internacional de los brasileños: características y tendencias**. Santiago, Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población, Naciones Unidas, 2002. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/45621124.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2021.

BARBOSA, R.F. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 197, p. 143-149, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/36374>>. Acesso em 30 set. 2021.

BARROS, G.S. de C.; SILVA, A.F.; FACHINELLO, A.L. **PIB do agronegócio brasileiro: comentários metodológicos**. Piracicaba: CEPEA – ESALQ/USP 2014. Disponível em: <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea\\_NotaMetodologica\\_Nova.pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_NotaMetodologica_Nova.pdf)>. Acesso em 02 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Indicadores Sociais: RAIS**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>. Acesso em 12 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2019**. Brasília: ME, SEPT - STRAB - SPPT - CGCIPE, 2020b. Disponível em: <[http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp/ManualRAIS2019.pdf](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2019.pdf)>. Acesso em 25 maio 2021.

BUTURI, D.K. **Participação das mulheres no mercado de trabalho do agronegócio paranaense**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

BUTURI, D.K.; GARCIAS, M. de O. Mercado de trabalho feminino no agronegócio paranaense. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 3, p. 100-114, 2020. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1555>>. Acesso em 30 out. 2020.

CARVALHO, J.A.M. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo e amplamente desconhecido. *In*: BRASIL.

**Migrações internacionais e a Previdência Social.** Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 9-33. Disponível em: <[https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/arquivos/office/3a\\_081014-111404-830.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/arquivos/office/3a_081014-111404-830.pdf)>. Acesso em 21 set. 2021.

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. *In*: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T. de; TONHATI, T. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra, Ed. Especial.** Brasília: OBMigra, 2015. p. 35-47. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em 15 ago. 2020.

CAVINATTO, J. **Imigração e colonato, uma linha do tempo da agricultura familiar.** Agrolink, 24 jul. 2013. Disponível em: <[https://www.agrolink.com.br/noticias/imigracao-e-colonato--uma-linha-do-tempo-da-agricultura-familiar\\_178608.html#:~:text=Das%20pequenas%20col%C3%B4nias%20de%20imigrantes,s e%20principalmente%20%C3%A0%20atividade%20rural.](https://www.agrolink.com.br/noticias/imigracao-e-colonato--uma-linha-do-tempo-da-agricultura-familiar_178608.html#:~:text=Das%20pequenas%20col%C3%B4nias%20de%20imigrantes,s e%20principalmente%20%C3%A0%20atividade%20rural.)>. Acesso em 12 ago. 2021.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro – Aspectos metodológicos.** Piracicaba, 2017. Disponível em: <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20procedimentos%20metodol%C3%B3gicos%20-%20Cepea\\_Esalq\\_USP\\_divulga%C3%A7%C3%A3o\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20procedimentos%20metodol%C3%B3gicos%20-%20Cepea_Esalq_USP_divulga%C3%A7%C3%A3o(1).pdf)>. Acesso em 02 out. 2020.

CHISWICK, B.R.; HATTON, T. International Migration and the Integration of Labor Markets. *In*: BORDO, M.D. et al. **Globalization in Historical Perspective.** Chicago: University of Chicago Press; NBER, 2003. p. 65-120. Disponível em: <<https://www.nber.org/books-and-chapters/globalization-historical-perspective/international-migration-and-integration-labor-markets>>. Acesso em 20 out. 2021.

CHISWICK, B.R. Are immigrants favorably selfselected? Papers and Proceedings of the One Hundred Eleventh Annual Meeting of the American Economic Association. **The American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.

COENTRO, L.U. **Políticas públicas e gestão das migrações internacionais no Brasil: uma reflexão sobre os migrantes qualificados.** 2011. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

CUNHA, M.S.; MACIEL, F.T. Migração e diferenciais de rendimento no Brasil: uma análise sobre o efeito do tempo de chegada ao local de destino. **Revista Econômica do Nordeste:** Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 627-650, 2013. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/81/61>>. Acesso em 25 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Migração e diferencial de rendimento no setor agrícola brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 21 n. 2 p. 4-20, 2012. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/93>>. Acesso em 06 abr. 2021.

CUSTÓDIO, L.N. **Imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período de 2002-2014.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. A Concept of Agribusiness. **Journal of Farm Economics**, Ithaca, v. 39, n. 4, p. 1042-1045, 1957.

DEMÉTRIO, N.B. Espaços regionais da agricultura globalizada e as novas migrações do agronegócio no Brasil. **Série Textos Nepo**, v. 89. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2020. Disponível em: <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_89.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_89.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3808>>. Acesso em 08 nov. 2020.

FIGUEREDO, L.O.; ZANELATTO, J.H. Trajetória de migrações no Brasil. **Revista Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences**, v. 39, n. 1, p. 77-90, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/31426>>. Acesso em 02 jun. 2020.

FIGUEREDO, L.O. **Migração haitiana em Santa Catarina: experiências de trabalhadores do Haiti na AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

G1. O portal de notícias da Globo. **Número de imigrantes cresceu 86,7% em dez anos no Brasil, diz IBGE**. São Paulo, 24 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/numero-de-imigrantes-cresceu-867-em-dez-anos-no-brasil-diz-ibge.html>>. Acesso em 28 set. 2021.

GASPARETTO JÚNIOR, A. **Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios em la globalización**. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GONÇALVES, A.H.; SOUZA, R.V.B. de. Migração e trabalho: a situação do Brasil. **Revista Pegada**, v. 20, n. 3, p. 23-39, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6705>>. Acesso em 23 jun. 2020.

HOPPEN, J.; PRATES, W. **Outliers: o que são e como trata-los em uma análise de dados?** Aquarela, 25 set. 2017. Disponível em: <<https://www.aquare.la/o-que-sao-outliers-e-como-trata-los-em-uma-analise-de-dados/#:~:text=Em%20outras%20palavras%2C%20um%20outlier,algoritmos%20e%20sistemas%20de%20an%C3%A1lise>>. Acesso em 15 nov. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas>>. Acesso em 12 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2021

IOTTI, L.H. Imigração e colonização. **Revista Justiça e História**, v. 3, n. 5, 2003. Disponível em:

<[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaicho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza\\_Iotti.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf)>. Acesso em 22 ago. 2021.

JANN, B. A Stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. ETH Zurich Sociology, **Working Paper**, Zurich, Switzerland, n. 5, 2008.

JOHNSON, J.H. **El hombre y la tierra**. Londres: Aliança, 1971.

JULIÃO, C.C.B.; ROCHA, R. de M.; SILVA, E. de S. Migração e seleção: evidências para Pernambuco com dados em painel. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 2, p. 113-131, 2018. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/691/716>>. Acesso em 12 fev. 2021.

KENNEDY, P. Sinning in the Basement: What Are the Rules? The Ten Commandments of Applied Econometrics. **Journal of Economic Surveys**, Wiley Blackwell, v. 16, p. 569-589, 2009.

LIMA, R.M.N.; TEIXEIRA, E.C. Novos cenários para velhos trajetos: o nordestino sofre discriminação salarial na região sudeste do Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 1, p. 131-154, 2020. Disponível em: <<https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/648/312>>. Acesso em 20 set. 2021.

LOUREIRO, V.B. **Diferencial de rendimentos dos imigrantes brasileiros de acordo com sua origem: um estudo dos fluxos migratórios para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

MACHADO, F.A. de S. **Impactos da imigração no mercado de trabalho brasileiro**. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

MANTOVANI, G.G. **Segmentação ocupacional e discriminação de gênero no mercado de trabalho: uma análise para o Brasil e os estados do Paraná e da Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MERA, C.M.P.O desenvolvimento agrícola e o processo migratório no Brasil. **Revista História: Debates e Tendências (Online)**, v. 16, n. 2, p. 445-462, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5524/552459227012/html/>>. Acesso em 05 ago. 2021.

MINCER, J.A. The Human Capital Earnings Function. *In*: MINCER, J.A. **Schooling, experience and earnings**. New York: National Bureau of Economic Research/Columbia Univ., 1974.

NORONHA, C.L.A. de. **Quais os efeitos da economia étnica sobre a empregabilidade e os rendimentos dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro?** 2013.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, A.T. de. A migração regular no Brasil: movimentação e registros. *In: Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019*. Brasília: OBMigra, 2019. p. 73-89. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em 16 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. O perfil dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. *In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T.; TONHATI, T. (Orgs.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial*. Brasília: OBMigra, 2015. p. 48-73. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, M. de. O tema da imigração na sociologia clássica. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 73-100, 2014. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=57-1>>. Acesso em 30 set. 2021.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **Glossário sobre Migração**. n. 22. Genebra: OIM, 2009.

PAIVA, A.L.B.; LEITE, A.P.M.R. Da emigração à imigração? Por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. **Revista Ars Historica**, n. 7, 2014, p. 1-20. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45308>>. Acesso em 10 ago. 2021.

PATARRA, N.L. O Brasil: país de imigração? **E-metropolis – Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, v. 3, n. 9, p. 6-18, 2012. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/64?name=o-brasil-pais-de-imigracao>>. Acesso em 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/CzHCXvFvRzrh6nQ899xvzqK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84115.pdf>>. Acesso em 10 set. 2021.

REIS, J.J. Presença negra: conflitos e encontros. *In: IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000, p. 79-99. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2021.

ROMANELLO, M. Trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. **Revista Labor**, v. 1, n. 25, p. 475-492, 2021. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60691>>. Acesso em 20 maio 2021.

SANTOS JÚNIOR, E. da R. dos; MENEZES FILHO, N.; FERREIRA, P.C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **IPEA: Pesquisa e planejamento econômico (PPE)**, v. 35, n. 3, p. 299-331, 2005. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4403>>. Acesso em 18 jan. 2021.

SASAKI, E.M.; ASSIS, G. de O. Teorias das migrações internacionais. *In: XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2000. Caxambu. **Anais...**

Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969>>. Acesso em 24 set. 2021.

SCHMITZ, A.T.; MIYAMOTO, B.C.B. Diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul – 2000 a 2017. *In: XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 2019. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENABER, 2019. Disponível em: <<https://brsa.org.br/enaber-2019/#artigos>>. Acesso em 16 jan. 2021.

SCHNEIDER, I.E. Movimentos migratórios: a inserção socioeconômica dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas. *In: XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2008. Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/36>>. Acesso em 20 abr. 2020.

SILVA FILHO, L.A. da; MAIA, A.G. Migração, seleção e diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho no Brasil. *In: XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 2019. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENABER, 2019. Disponível em: <<https://brsa.org.br/enaber-2019/#artigos>>. Acesso em 16 jan. 2021.

SILVA FILHO, L.A. da; MIYAMOTO, B.C.B.; SANTOS, J.M. Mercado de trabalho e diferenciais de rendimentos no emprego formal no Ceará no período de 2000 a 2014. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 4, p. 25-44, 2017. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/282>>. Acesso em 19 jan. 2021.

SHIKIDA, P.F.A.; MANTOVANI, G.G.; GOMES, M.R. Diferenças salariais e o impacto da segmentação regional: um estudo para os trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar no período de 2012 e 2019. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/zDc3wS3R55nhZy6PGSwhDkB/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Diferença salarial entre trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar: uma análise para as regiões centro-sul e norte-nordeste. *In: XXII Encontro de Economia da Região Sul*, 2019. Maringá. **Anais...** Maringá: ANPEC Sul, 2019. Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files\\_I/i3-4dd795724cd1b7e8a1f10837b6e5d2ea.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files_I/i3-4dd795724cd1b7e8a1f10837b6e5d2ea.pdf)>. Acesso em 22 mar. 2021.

SIMÕES, A.; HALLAK NETO, J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Relatório RAIS: A inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

VILELA, E.M. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**: Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 89-128, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v54n1/03.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.